

Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Política de destinação de sobras

Conforme descrito no Art. 60 do Estatuto Social, das sobras líquidas apuradas, foram deduzidos 10% para o Fundo de Reserva Legal e 5% para o FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, o saldo remanescente é colocado à disposição da AGO de prestação de contas que decide sobre o destino.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da Cooperativa ou no resultado do exercício

Para garantir a sustentabilidade e a perenidade de seu negócio, e consequentemente oferecer excelência assistencial às 665.708 vidas em sua carteira de clientes, a Unimed Curitiba realizou uma jornada de transformação, adaptando-se a mudanças no mercado de forma contemporânea, sempre atenta ao cenário e investindo esforços coletivos em implementação de projetos sustentáveis de inovação com o objetivo de evitar desperdícios e gerar impacto positivo em sua receita e também para todos aqueles que têm interface com a sua operação. Em 2025, a Unimed Curitiba cresceu de forma estruturada, colocando em prática o seu singular Jeito de Cuidar e os pilares que norteiam a gestão: a sustentabilidade do negócio, a transparência na gestão, a governabilidade assegurada através do engajamento e o cooperativismo que nos diferencia no segmento da saúde suplementar. Tudo isso com o suporte de 1.982 colaboradores, 4.988 médicos cooperados ativos e uma rede credenciada composta por 363 prestadores, sendo 226 clínicas, 23 hospitais gerais, 27 hospitais especializados (incluindo o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, próprio da cooperativa) e 85 unidades laboratoriais (sendo 24 próprias, da Unimed Laboratório).

A maior operadora de planos de saúde do Paraná segue entre as maiores operadoras da região sul do Brasil e entre as maiores singulares do Sistema Unimed, alcançou resultados satisfatórios em 2025 e recebeu reconhecimentos externos que atestam sua grandiosidade e relevância no mercado da saúde suplementar na região onde atua.

No ano em que completou 54 anos de fundação, alcançou o mais alto nível de certificação da Organização Nacional de Acreditação (ONA) em todas as unidades que passaram pela visita de certificação. Com isso, receberam o selo ONA nível 3 – Acreditado com Excelência o Home Care, a unidade Germano Mayer, a clínica Acolher, a Unidade de Tratamento e as unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) da Iguaçu, de São José dos Pinhais, do Pinheirinho e de Pinhais. Isso reflete a excelência assistencial e o comprometimento em buscar melhorias contínuas em gestão de saúde para garantir a segurança do paciente.

Também foi reconhecida pela consultoria global “Great Place To Work” (GPTW) como uma das melhores empresas para se trabalhar, ocupando a 11ª posição como melhor operadora de planos de saúde do Brasil e a 8ª posição no ranking. Figura em 3º lugar no Prêmio Reclame AQUI, a maior premiação de atendimento e reputação do Brasil, competindo assim a nível nacional e sendo a única singular do Sistema Unimed na categoria de grandes operações de planos de saúde. A Unimed Laboratório, empresa do grupo, manteve o selo PALC, “Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos”, que atesta a excelência na qualidade dos serviços prestados e demonstra nosso comprometimento com a segurança do paciente.



Em um ano de desafios e incertezas, a cooperativa médica concluiu as obras de revitalização e modernização do Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima e a reativação da unidade de Araucária com recursos próprios.

Em mais um ano de ampliações e geração de valor aos cooperados e clientes, mesmo num segmento de grandes desafios às operadoras de saúde, 2025 foi marcado por desafios da regulação, novas tecnologias de medicamentos e aumento da frequência de utilização que exigiram muita coesão do corpo gestor no controle das despesas e custos assistenciais.

O resultado econômico de 2025 foi de R\$ 15,7 milhões (Controladora) já subtraído o pagamento em dezembro/25 do JCP (juros sobre capital próprio) aos nossos cooperados no valor de R\$ 42,5 milhões:

<u>ECONÔMICO</u>	Jan-Dez 2025	Jan-Dez 2024	Var. R\$	Var. %
Faturamento Bruto (milhão)	4.042,1	3.622,3	419,8	11,6%
Lucro Bruto (milhão)	472,1	456,9	15,2	3,3%
Resultado Contábil (milhão)	15,7	38,7	-23,0	-59,4%

A melhora do lucro bruto demonstra o controle de custos e a redução do resultado econômico pelo maior volume de provisões técnicas da operação, despesas maiores em projetos e benefícios aos cooperados.

Com o resultado positivo em 2025, a Cooperativa (Controladora) segue com valores financeiros num total de R\$ 750,1 milhões sendo R\$ 290,6 milhões em aplicações livres (capital de giro). Todos os investimentos (CAPEX) foram realizados sem tomada de recursos com terceiros.

Desafios e Estratégias:

Iniciamos 2025 com ampliação da estrutura operacional e assistencial preparando a cooperativa para o futuro. Os gestores, com apoio da Diretoria Executiva, mais uma vez, estabeleceram metas claras e seguiram mês a mês coesos no objetivo comum de garantir um crescimento estruturado e consistente da Unimed Curitiba. Com avanços na Unimed Digital, na estrutura de gestão, na expansão física e do negócio, e na firmeza nos controles para entrega de um bom resultado.

No contexto de uma inflação médica sempre impactante no resultado, uma frequência de utilização crescente, novas tecnologias de medicamentos e um mercado de saúde suplementar volátil, condicionantes para agravar o custo assistencial, a cooperativa obteve êxito em seus propósitos, entre eles a parceira com os prestadores da rede credenciada, com seus médicos cooperados e de colaboradores na implementação de melhorias internas de processos.



Despesas Administrativas:

As despesas administrativas foram proporcionais aos desafios e crescimento da Cooperativa na sua operação e nas obrigações da regulação pela ANS, porém ainda dentro do rigor orçamentário e aperfeiçoamento constante das nossas ferramentas de controle e gestão.

Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima:

Adquirido pela Unimed Curitiba em 2023, o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima representa um marco no compromisso da cooperativa médica com a excelência em assistência à saúde em Curitiba. Após um amplo processo de modernização, alinhado aos padrões elevados da Unimed Curitiba, a unidade tornou-se referência em atendimento materno-neonatalógico e procedimentos ginecológicos, consolidando-se como uma das principais opções para todas as mulheres, gestantes e suas famílias.

A aquisição, de cunho estratégico, depende de incrementos na sua oferta de serviços para ter a recuperabilidade dos investimentos. Dentro da expansão que a Unimed Curitiba tem realizado e futuros projetos, o Hospital e Maternidade teve em 2025 investimentos complementares para serviços ainda não ofertados nessa unidade hospitalar própria, porém que trará ainda mais comodidade na busca por qualidade em segurança em um só endereço que, no conjunto, trarão resultados sustentáveis com melhoras na retenção de clientes, evolução do *market-share* e maior escala de receitas.

Com indicadores de qualidade e atendimentos crescentes, a cooperativa está no caminho certo para a manter credibilidade junto aos clientes e cooperados e eficiência da instituição em atender suas necessidades de saúde.

Complexo de Assistência em Araucária:

Aprovado em AGE de 24/06/2024, concluímos a reativação e entrega dos serviços assistenciais de Araucária: unidade da APS (atendimento primário de saúde), pronto atendimento (PA), central de infusão e unidade da Unimed Laboratório. É a cooperativa Unimed Curitiba em expansão para abarcar nossos cooperados, fidelizar e ampliar volume de clientes e garantir saúde de qualidade a todos aqueles que precisam de assistência.

3. Perspectivas e planos da Administração para o exercício seguinte

O contexto de 2026 segue desafiador em melhorar as margens operacionais com a qualidade da assistência, redução do desperdício, projetos inovadores e recomposição da renda dos cooperados. Nossos gestores seguem engajados nestes propósitos buscando em suas áreas produtividade e oportunidades de projetos com esta finalidade.

Estamos preparados para os desafios de 2026 em manter a cooperativa tecnologicamente atualizada propiciando melhor atendimento aos nossos clientes, eficiência na operação, perpetuação do negócio e geração de valor ao cooperado. Dentro do cenário de incertezas na economia para 2026 destacamos a tendência de estabilidade dos custos assistenciais, porém com preocupações com os índices de inflação médica, novos medicamentos e tratamentos de alto custo, desaceleração da economia e alto endividamento da população e empresas.



O Conselho de Administração, junto com seus executivos deseja manter para a Unimed Curitiba uma sustentabilidade financeira e econômica, através de várias ações para controle da sinistralidade e para maximizar a comercialização de novas vendas, bem como atuar fortemente na retenção de clientes, visando propiciar um ganho real na remuneração dos seus cooperados.

Algumas ações previstas para 2026 com foco em ampliar o resultado da Unimed Curitiba:

1. Aumento na carteira de clientes com foco na margem do negócio;
2. Eliminação de desperdícios nos custos assistenciais;
3. Melhora do resultado operacional;
4. Manutenção dos programas de prevenção a saúde em serviços próprios;
5. Seguimento na transformação Digital (automações, robotizações, inteligência artificial), melhorando nossa produtividade;
6. Preparo para a Reforma Tributária;

4. Descrição dos principais investimentos realizados pela controladora

O ano de 2025 foi marcado por vários investimentos para suporte a capacidade de processamento, hardware, software além dos investimentos no Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, no equipamento assistencial de Araucária e no atendimento localizado no ParkShoppingBarigüi e ampliação e centralização da sede administrativa:

Investimentos - R\$/mil	2025	2024
Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima	3.266	17.299
Imóvel Araucária	641	13.050
Demais imóveis/imobilizado	52.861	26.342
Hardware (servidor de TI)	5.630	5.126
Software	8.973	4.284
Móveis e utensílios	3.455	3.621
Instalações, máquinas e equipamentos e outros	4.372	9.814
Total	79.198	79.536

5. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados internamente na categoria mantidos até o vencimento

A capacidade financeira da Unimed Curitiba (Controladora) se mantém muito boa com valores financeiros classificados no disponível e aplicações livres em volumes satisfatórios de R\$ 290,6 milhões e aplicações garantidoras de provisões técnicas de R\$ 459,3 milhões que em conjunto somam R\$ 749,9 milhões em 31 dezembro de 2025 (R\$ 749,6 milhões em 2024) e liquidez corrente de 1,37.

A manutenção da liquidez é seguida pela alta administração de forma a manter a segurança financeira perante cooperados, clientes e rede assistencial.



A Cooperativa, por meio de seus administradores, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados internamente na categoria “mantidos até o vencimento” e que são mensurados pelo “custo amortizado”.

6. Investimentos realizados pela Cooperativa em sociedades coligadas e controladas com influência significativa

Investimentos - Em R\$/mil	2025	2024
COMPAR - Sociedade de Compartilhamento Participações S.A.	136	781
Univision Informática S.A.	150	-
Total	286	781

7. Indicadores econômicos

Um panorama econômico-financeiro da Cooperativa pode ser mais bem analisado com a ajuda dos indicadores abaixo calculados de forma comparativa, conforme RN 518/2022:

			2025	2024
a. Margem de Lucro Líquida (MLL)	Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das receitas com operação de planos de saúde (contraprestações efetivas).	MLL =	<u>Resultado Líquido</u> Contraprestações Efetivas	0,4% 1,1%
b. Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido	ROE=	<u>Resultado Líquido</u> Patrimônio Líquido	2,0% 5,1%
c. Sinistralidade ou DM	Mostra a relação entre despesas assistenciais ou médicas, acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida (CCT); e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescido do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	SINISTRALI DADE =	<u>Eventos Indenizáveis</u> <u>Líquidos + CCT</u> Contraprestações Efetivas + CCT	85,0% 83,5%
d. Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações (DM)	Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DM =	<u>Despesas Administrativas</u> Contraprestações Efetivas + CCT	8,0% 7,6%



			2025	2024
e. Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)	Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescido do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DC =		
		<u>Despesa Comercial</u>		
		Contraprestações Efetivas + CCT	4,6%	4,6%
f. Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais	Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida, e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	DOP =		
		Eventos Indenizáveis Líquidos + CCT + Despesa Comercial+Despesa Administrativa+Outras Despesas Operacionais		
		Contraprestações Efetivas + CCT +Outras Receitas Operacionais	100,8%	99,4%
g. Índice de Resultado Financeiro (IRF)	Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida.	IRF =		
		<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		
		Contraprestações Efetivas + CCT	1,6%	1,4%
h. Liquidez Corrente (LC)	Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo	LC =		
		<u>Ativo Circulante</u>	1,37	1,51
		Passivo Circulante		
i. Capital de terceiros sobre o Capital próprio (CT/CP)	Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio Líquido	CT/CP =		
		<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	1,57	1,68
		Patrimônio Líquido		
j. Prazo Médio de Contraprestações a receber (PMCR)	Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operação de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC):	PMRC =		
		<u>Créditos ops de saúde + PPSC x 360</u>	23	27
		Contraprestações Efetivas		
k. Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE)	Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado:	PMPE =		
		Provisão de eventos a liquidar X 360	37	41
		Eventos indenizáveis		



		2025	2024
		<u>Eventos indenizáveis per capita do ano atual</u> -1	
VC =		9,8%	5,5%
		<u>Eventos indenizáveis per capita do ano anterior</u>	
I. Variação de Custos (VC)	Representa a variação dos custos relacionados a assistência à saúde entre um período e outro. Calculado pela fórmula, separadamente para eventos indenizáveis médico hospitalares.	Onde:	
		Evento indenizável per capita de cada ano =	
		<u>Eventos Indenizáveis Líquidos + CCT - Variação da PEONA</u>	
		Total de Beneficiários (somatório da quantidade de vínculos de beneficiários apurados nos 12 meses de cada ano)	

8. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas ou declaração de que todas as operações suspeitas identificadas no exercício anterior foram informadas ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras - COAF, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. "

No exercício de 2025, a Unimed Curitiba não registrou ocorrências ou suspeitas de operações atípicas. O setor de Gestão de Riscos e Controles Internos conduziu atividades de mapeamento, monitoramento e avaliação da eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, incluindo a Matriz de Entidade e a Autoavaliação de Controles. Essas atividades abrangeram riscos operacionais, financeiros, estratégicos, de imagem, legais, de mercado, subscrição e crédito. Após análise, não foram identificadas transações suspeitas ou que pudessem ser interpretadas como irregulares. Referente ao ano-base de 2024, a Unimed Curitiba obteve, em 2025, 100% de conformidade nos requisitos do Relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) da RN 518/2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), norma que “estabelece diretrizes para a adoção de práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.” O reconhecimento da agência reguladora atesta a solidez de seus controles internos.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026

Dr. Rached Hajar Traya

Diretor Presidente

Dr. Yugo William Sakamoto

Diretor Financeiro



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cooperados da
Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos (“Cooperativa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Insuficiência no teste de adequação de passivos (“TAP”)

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 3.j e nº 45 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem a determinação da política contábil adotada pela Cooperativa para o não reconhecimento da insuficiência apurada no Teste de Adequação de Passivos, a qual segue o entendimento manifestado pela ANS na Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR


Jonas Dal Ponte
Contador

CRC nº RS 058908/O-1

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
CIRCULANTE		1.269.233	1.239.780	1.311.740	1.296.126	CIRCULANTE		926.309	819.355	938.530	829.196
Disponível	4	212	161	253	260	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		579.694	551.323	573.663	545.799
						Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG	16	77.971	72.539	77.971	72.539
Realizável		1.269.021	1.239.619	1.311.487	1.295.866	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	16	32.897	30.448	32.897	30.448
Aplicações financeiras		749.930	749.597	778.341	794.807	Provisão de eventos a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais	16	315.679	307.348	309.648	301.824
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5.a	459.296	416.288	459.296	416.288	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	16	153.147	140.988	153.147	140.988
Aplicações livres	5.b	290.634	333.309	319.045	378.319	Débitos de operações de assistência à saúde		64.019	60.630	64.019	60.630
						Contraprestações a restituir	17	3.756	3.727	3.756	3.727
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		253.396	262.620	253.396	262.620	Receita antecipada de contraprestações	18	3.796	2.922	3.796	2.922
Contraprestação pecuniária a receber	6	116.977	100.932	116.977	100.932	Comercialização sobre operações de assistência à saúde	40	20.178	17.460	20.178	17.460
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		34.337	27.351	34.337	27.351	Operadoras de plano de assistência à saúde	19	36.284	36.516	36.284	36.516
Operadoras de planos de assistência à saúde		97.706	130.971	97.706	130.971	Outros débitos de operações c/planos de assistência à saúde	5	5	5	5	5
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		4.376	3.366	4.376	3.366						
Créditos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7	79.095	44.840	83.162	48.370	Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	20	123.088	83.643	130.330	89.190
Despesas de comercialização diferidas	8	17.217	17.464	17.217	17.464	Tributos e encargos sociais a recolher	21	71.166	63.453	73.495	65.081
Créditos tributários e previdenciários	9	56.304	51.129	59.675	53.335	Empréstimos e financiamentos a pagar	25	8.483	-	8.483	-
Bens e títulos a receber	10	94.254	97.951	100.171	102.812	Débitos diversos	22	73.441	55.970	82.122	64.160
Despesas antecipadas		18.541	15.879	19.241	16.519	Conta corrente de cooperados	23	6.418	4.336	6.418	4.336
Conta corrente com cooperados		284	139	284	139						
NÃO CIRCULANTE		723.689	794.959	698.463	749.686	NÃO CIRCULANTE		292.184	456.034	297.244	457.266
Realizável a longo prazo		125.665	288.339	128.080	292.144	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		2.827	109.833	2.827	109.833
						Provisão de eventos a liquidar para o SUS	16	2.827	109.833	2.827	109.833
Despesas de comercialização diferidas	8	13.453	13.232	13.453	13.232	Provisões		269.898	258.360	269.983	258.566
Ativo fiscal diferido	11	66.160	62.266	68.575	66.071	Provisões para ações judiciais	24	269.898	258.360	269.983	258.566
Depósitos judiciais e fiscais	12	46.052	212.841	46.052	212.841	Tributos e encargos sociais a recolher	21	-	56.754	-	56.754
Investimentos		297.961	267.675	246.941	204.002	Empréstimos e financiamentos a pagar	25	16.150	25.560	16.150	25.560
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	13	60.515	73.185	9.495	9.512	Débitos diversos	22	3.309	5.527	8.284	6.553
Participações societárias pelo método de custo		237.446	194.490	237.446	194.490						
Imobilizado	14	275.965	221.000	298.514	234.432	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		774.429	759.350	774.429	759.350
						Capital social	26.a	350.856	329.382	350.856	329.382
Imóveis de uso próprio		180.671	170.169	180.671	170.169	Reservas de sobras	26.b	404.293	397.876	404.293	397.876
Imóveis - hospitalares		90.890	91.644	90.890	91.644	Sobras à disposição da AGO		19.280	32.092	19.280	32.092
Imóveis - não hospitalares		89.791	78.525	89.791	78.525						
Imobilizado de uso próprio		35.460	30.253	42.111	36.121						
Imobilizado - hospitalares		11.611	9.760	11.611	9.760						
Imobilizado - não hospitalares		23.849	20.493	30.500	26.361						
Imobilizações em curso		37.206	-	37.206	20.717						
Outras imobilizações		12.783	12.929	20.661	16.806						
Direito de uso de arrendamentos		9.845	7.649	17.865	11.336						
Intangível	15	24.098	17.945	24.928	19.108						
TOTAL DO ATIVO		1.992.922	2.034.739	2.010.203	2.045.812	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.992.922	2.034.739	2.010.203	2.045.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		3.975.103	3.565.039	3.971.800	3.562.353
Receitas com operações de assistência à saúde		4.042.175	3.622.353	4.038.872	3.619.667
Contraprestações líquidas	27	4.042.175	3.622.353	4.038.872	3.619.667
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	28	(67.072)	(57.314)	(67.072)	(57.314)
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS		(3.375.531)	(2.974.198)	(3.344.075)	(2.942.254)
Eventos conhecidos ou avisados	29	(3.363.372)	(2.967.253)	(3.331.916)	(2.935.309)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(12.159)	(6.945)	(12.159)	(6.945)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		599.572	590.841	627.725	620.099
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	30	19.573	17.843	19.573	17.843
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		93.993	61.212	123.240	85.821
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	31	26.491	10.666	26.491	10.666
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	32	38.527	21.167	38.527	21.167
Outras receitas operacionais	33	28.975	29.379	58.222	53.988
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.709)	(1.153)	(14.374)	(11.989)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(112.285)	(117.719)	(112.285)	(117.719)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	34	(82.246)	(89.758)	(82.246)	(89.758)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(6.355)	(3.685)	(6.355)	(3.685)
Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas		(23.684)	(24.276)	(23.684)	(24.276)
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	35	(126.979)	(94.095)	(140.237)	(107.350)
RESULTADO BRUTO		472.165	456.929	503.642	486.705
Despesas de comercialização		(184.783)	(164.816)	(184.745)	(164.816)
Despesas administrativas	36	(320.173)	(272.513)	(340.884)	(291.143)
Resultado financeiro líquido	37	65.759	48.656	69.295	51.888
Receitas financeiras		136.989	112.579	142.462	117.147
Despesas financeiras		(71.230)	(63.923)	(73.167)	(65.259)
Resultado patrimonial	38	12.842	(5.207)	3.601	(15.291)
Receitas patrimoniais		21.369	46.291	12.128	36.136
Despesas patrimoniais		(8.527)	(51.498)	(8.527)	(51.427)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		45.810	63.049	50.909	67.343
Imposto de renda	39	(19.785)	(20.996)	(21.731)	(23.192)
Contribuição social	39	(7.685)	(8.122)	(8.519)	(8.970)
Impostos diferidos	39	3.894	9.308	2.504	8.058
Participações sobre o lucro	22	(6.537)	(4.585)	(7.466)	(4.585)
RESULTADO LÍQUIDO		15.697	38.654	15.697	38.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO	15.697	38.654
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	15.697	38.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de sobras		Sobras à disposição da AGO para distribuição	Total
			Fundo garantidor para margem de solvência	Reserva de assistência técnica educacional e social		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	304.991	87.624	290.130	13.560	35.508	731.813
Integralização de capital	26.a)(i) 7.710	-	-	-	-	7.710
Retenção para capital social	26.a)(i) 20.508	-	-	-	-	20.508
Cotas a restituir	26.a)(ii) (3.827)	-	-	-	-	(3.827)
Distribuição sobras 2023	26.b) -	-	-	-	(35.508)	(35.508)
Sobras do exercício	-	-	-	-	38.654	38.654
Utilização de reservas	26.b) -	-	-	(13.560)	13.560	-
Destinação reserva legal - 10%	26.b) -	3.776	-	-	(3.776)	-
Destinação FATES - 5%	26.b) -	-	-	1.888	(1.888)	-
FATES - Operações com terceiros	26.b) -	-	-	14.458	(14.458)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	329.382	91.400	290.130	16.346	32.092	759.350
Integralização de capital	26.a)(i) 5.274	-	-	-	-	5.274
Retenção para capital social	26.a)(i) 21.814	-	-	-	-	21.814
Cotas a restituir	26.a)(ii) (5.614)	-	-	-	-	(5.614)
Distribuição sobras 2024	26.b) -	-	-	-	(22.092)	(22.092)
Destinação para reserva legal - sobras 2024	-	10.000	-	-	(10.000)	-
Sobras do exercício	-	-	-	-	15.697	15.697
Utilização de reservas	26.b) -	-	-	(16.346)	16.346	-
Destinação reserva legal - 10%	26.b) -	2.268	-	-	(2.268)	-
Destinação FATES - 5%	26.b) -	-	-	1.134	(1.134)	-
FATES - Operações com terceiros	26.b) -	-	-	9.361	(9.361)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	350.856	103.668	290.130	10.495	19.280	774.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimentos de plano de saúde		4.502.982	4.047.669	4.499.668	4.044.984
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras		64.228	57.373	67.843	64.064
(+) Resgate de aplicações financeiras		3.853.128	3.692.321	3.968.018	3.795.641
(+) Outros recebimentos operacionais		1.541.100	1.387.582	1.561.973	1.404.846
(-) Pagamentos a fornecedores / prestadores de serviço de saúde		(4.957.172)	(4.540.390)	(4.886.674)	(4.482.618)
(-) Pagamentos de comissões		(175.870)	(158.673)	(175.870)	(158.673)
(-) Pagamentos de pessoal		(135.634)	(103.572)	(164.703)	(127.461)
(-) Pagamentos de pró-Labore		(7.566)	(7.626)	(7.566)	(7.626)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros		(105.475)	(67.021)	(124.481)	(77.381)
(-) Pagamentos de tributos		(547.265)	(502.032)	(567.362)	(519.238)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis, trabalhistas e tributárias)		(18.871)	(16.479)	(18.871)	(16.499)
(-) Pagamentos de aluguel		(6.417)	(3.599)	(7.004)	(3.844)
(-) Pagamentos de promoção / publicidade		(8.690)	(8.293)	(10.336)	(9.130)
(-) Aplicações financeiras		(3.826.095)	(3.674.885)	(3.923.111)	(3.788.604)
(-) Outros pagamentos operacionais		(75.184)	(48.530)	(79.014)	(54.154)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.199	53.845	132.510	64.307
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
(+) Recebimentos de Dividendos		2.370	-	-	-
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento		28.160	5.562	8.160	2.555
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – hospitalar	14	(17.318)	(35.893)	(17.317)	(35.892)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	14 e 46	(57.244)	(30.810)	(64.273)	(32.333)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	15	(9.514)	(2.875)	(9.574)	(3.693)
(-) Aquisição de participação em outras empresas	13	(34.723)	(14.528)	(34.873)	(14.528)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(88.269)	(78.544)	(117.877)	(83.891)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
(+) Integralização de capital social	26.a)(i)	5.274	7.710	5.274	7.710
(+) Pagamento/Recebimento de empréstimos	25	(5.062)	25.000	(5.062)	25.000
(-) Pagamento de juros - arrendamento mercantil	22.b	(1.724)	(1.447)	(2.952)	(2.239)
(-) Pagamento de principal - arrendamento mercantil		(3.835)	(3.396)	(8.368)	(7.815)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento		(3.532)	(3.102)	(3.532)	(3.102)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(8.879)	24.765	(14.640)	19.554
		51	66	(7)	(30)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO					
Disponível - inicial	4	161	95	260	290
Disponível - final	4	212	161	253	260
Aplicações livres no início do exercício	5.b	333.309	316.809	378.319	353.474
Aplicações livres no final do exercício	5.b	290.634	333.309	319.045	378.319
Aumentos (redução) das aplicações livres		(42.675)	16.500	(59.274)	24.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos (“Cooperativa”) é uma Cooperativa de serviços médicos, constituída por cooperados, fundada em 6 de agosto de 1971 com sede na Avenida Affonso Penna, nº 297, município de Curitiba, Estado do Paraná, com atuação em Curitiba e nos municípios situados na região metropolitana. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa abrangem a Cooperativa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

A Cooperativa objetiva a defesa econômico-social dos integrantes da profissão de médico, por meio do aprimoramento dos serviços de assistência médica, os quais são prestados sob forma coletiva ou individual. A Cooperativa pode instituir planos de assistência familiar ou empresarial, assinando contratos com usuários, em nome dos cooperados. Nos contratos celebrados, a Cooperativa representa os cooperados coletivamente, agindo como sua mandatária. A UNIMED Curitiba está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 30.470-1.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, as normas instituídas pela própria ANS, Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, Lei das Sociedades Cooperativas nº 5.764/71.

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 528/22, e seus anexos que instituiu a versão do Plano de Contas Padrão da ANS e o modelo de apresentação das demonstrações financeiras a ser adotados obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Cooperativa em 23 de fevereiro de 2026.

A Administração considera que a Cooperativa e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na moeda funcional da Cooperativa que é o Real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cooperativa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- Nota 6 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde, referente aos valores registrados como provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas
- Nota 7 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora, referente aos valores registrados como provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas
- Nota 11 - Ativo fiscal diferido.
- Nota 16 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.
- Nota 24 - Provisões para ações judiciais.

Segregação entre circulante e não circulante

A Cooperativa efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante, aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado”, estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, conforme nota explicativa nº 5 c.

Ativos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no ativo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis, discriminadas abaixo, foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Cooperativa e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas:	Porcentagem de participação (%)	
	2025	2024
Unimed Curitiba Participações S.A.	100	100
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	99	99
Unimed Curitiba Corretora de Seguros Ltda.	100	100

Controladas são todas as entidades nas quais a Cooperativa detém o controle. A Cooperativa controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Cooperativa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cooperativa deixa de ter o controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Cooperativa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Cooperativa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Cooperativa controle compartilhado da entidade e dá a Cooperativa direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método do custo de aquisição

Os investimentos da Cooperativa em entidades não coligadas ou controladas são registrados pelo custo de aquisição.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da entidade controlada.

b) Instrumentos financeiros

A Cooperativa efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 39, 40(R1), 46 e 48, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação estão descritos a seguir:

Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros

Conforme normatizado pelo CPC 48, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como: (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Cooperativa gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Ativos financeiros classificados pelo critério de custo amortizado

Caso a Administração, e dentro do modelo de negócio adotado, tenha intenção e a capacidade de manter títulos de crédito até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado, e a precificação dos ativos financeiros classificados nesta categoria, é realizada através de um banco custodiante que possui metodologia própria de mensuração, e ou fornecida pelas respectivas entidades bancárias emissora dos títulos adquiridos.

Ativos financeiros classificados pelo critério de valor justo por meio de resultado

Caso a Administração, e dentro do modelo de negócio adotado, opta pela venda do ativo para satisfação das necessidades de caixa da operação, sem perda da rentabilidade contratada na aquisição do título, e tendo em vista que estes ativos são destinados exclusivamente para capital de giro da operação, tais ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado, e a precificação dos ativos financeiros classificados nesta categoria é realizada conforme demonstrativos oficiais disponibilizados pelas entidades bancárias emissoras dos respectivos ativos adquiridos.

Determinação do valor justo

Quando disponível, a Cooperativa determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

A hierarquia do valor justo prioriza informações disponibilizadas em mercados ativos para instrumentos idênticos (dados observáveis) aquelas com baixo grau de transparência (dados não observáveis). Abaixo são detalhados os três níveis de hierarquia:

- **Nível 1** – As informações são preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Cooperativa possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** – As informações excluem os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1 e abrangem informações substancialmente observáveis pelo prazo integral do ativo ou passivo: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; preços cotados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou informações corroboradas pelo mercado.

- **Nível 3** – As informações não são observáveis para o ativo ou passivo, contudo correspondem aos melhores dados disponíveis pela Cooperativa na data de mensuração do valor justo, podendo incluir os próprios dados da Cooperativa.

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Cooperativa é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), e sua precificação é realizada através de um banco custodiante (Banco Itaú) que possui metodologia própria de mensuração.

Título privados (renda fixa)

Certificados de Depósito Bancário (CDB), Compromissadas, Certificado de Depósito Cooperativista (RDC) são calculados de acordo com suas características de resgate e condições contratadas com as entidades bancárias sendo: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado: são calculados com base na curva proveniente da taxa e condições contratualizadas com as entidades bancárias no momento de aquisição do ativo no qual o banco custodiante presta o serviço de precificação destes ativos.

Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros da Cooperativa compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde”, “Créditos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora” e outros títulos a receber, que são contabilizados pelo custo amortizado, decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, provenientes de contratos vigentes na data do balanço. Compreende as Contas a receber de clientes referente mensalidades em pré-pagamento, custo operacional, coparticipação dos beneficiários dos planos de saúde em consultas médicas e exames de diagnósticos e compartilhamento de risco, originários de atendimentos continuados ou habituais, realizados aos beneficiários de outras Unimed na rede de prestadores e cooperados da Unimed Curitiba.

Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais e habituais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente).

Nos atendimentos eventuais, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Quando se tratar de eventos habituais, a Cessionária registrará a operação de prestação de serviços em créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme normatiza a RN 528/2022.

Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa possui instrumentos financeiros derivativos contabilizados a valor justo por meio do resultado, para proteção de flutuações de indicadores econômicos sendo, em 2025, a contabilização de contrato de Swap para proteção contra variação de taxa de juros de financiamentos e empréstimos bancários e estes saldos são referentes à apuração dos seus respectivos valores justos. As operações contratadas são reconhecidas a valor justo por meio do resultado, registrando os saldos no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado financeiro, na demonstração do resultado. Detalhes sobre as operações com derivativos estão descritos na nota explicativa nº 41.

Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Nos planos individuais com preço pré-estabelecido foram estimadas provisão para perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram no critério citado.

Para os demais contratos e créditos de operadoras foi constituída provisão para perda estimadas referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram no critério citado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos, pessoas físicas, e diferidas pelo prazo de 36 meses, de acordo com NTA - Nota Técnica Atuarial e aprovação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. O prazo de 36 meses corresponde ao período médio estimado de permanência dos usuários na Cooperativa.

d) Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis serão gerados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

e) Estoques

Composto por insumos utilizados na prestação dos serviços de saúde. São registrados pelo custo médio de aquisição. A Cooperativa considera em sua provisão para perdas nos estoques materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para terrenos e edificações. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes do imobilizado	Vida útil estimada
Edifícios	50 anos
Edificações hospitalares	60 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Marca	22 anos

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

h) Arrendamento mercantil

A Cooperativa possui direito de uso sobre imóveis alugados, os quais são reconhecidos como arrendamento mercantil. A depreciação é reconhecida de forma linear conforme o prazo de cada contrato de arrendamento e as parcelas dos contratos são reconhecidas a valor presente.

i) Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Cooperativa são revistos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda, que deve ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 574 de 3 de abril de 2023, e suas alterações.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA), eventos realizados na rede disponibilizada pela operadora para os planos com preço pré-estabelecido, é calculada por metodologia atuarial própria a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de “run-off” mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses classificadas pelas datas de ocorrência e aviso, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A PEONA SUS é originada de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) pelos beneficiários da Operadora, não é calculada com base em metodologia própria. A provisão é estimada conforme estabelecido no anexo VIII da RN 574/2023 da ANS, sendo o menor valor entre: 80% do total de eventos realizados no SUS nos últimos 24 meses e Fator Individual de PEONA SUS multiplicado pelo total dos eventos avisados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS).

A provisão para contraprestações não ganhas (PPCNG) compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, conforme período de cobertura de risco “pró-rata” dia, relativamente ao período não iniciado. Os valores são constituídos no passivo e são apropriados ao resultado conforme vigência da cobertura de risco.

A provisão de eventos a liquidar refere-se as consultas e honorários médicos, exames, internações, terapias, atendimentos ambulatoriais e ressarcimento ao SUS que foram realizados e devidamente notificados à Cooperativa pelos cooperados, prestadores de serviços e Agência Nacional de Saúde Suplementar até a data do balanço.

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, é calculada pela metodologia da ANS através da multiplicação do FIC - Fator de Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (anexo VII da RN 574/2023) pela soma dos valores das contraprestações pecuniárias de contratos de planos médico-hospitalares em preço preestabelecido nos últimos 12 meses (art. 17-B da RN 574/2023).

A Resolução Normativa Nº 528/2022 da ANS passou a regulamentar o Teste de Adequação de Passivos - TAP. O objetivo do TAP é, em determinada data-base, avaliar se o valor constituído nas Provisões Técnicas é suficiente para arcar com os compromissos futuros dos contratos (“Net Carrying Amount”), sendo que não há obrigatoriedade do reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao horizonte máximo de 8 (oito) anos e segregador por carteira.

- Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes no momento da realização do TAP, ajustadas, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade.
- As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.
- Taxa de crescimento real do custo assistencial da Cooperativa.
- Taxa de reajuste real das mensalidades.
- Taxa de inflação implícita adicionadas as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

- Taxa de rotatividade/cancelamento dos contratos.

O resultado do TAP para a data base de 31 de dezembro de 2025 não identificou insuficiências financeiras nas estimativas correntes dos fluxos de caixa entre receitas e despesas para o período abrangido entre 2026 e 2033 nas modalidades de contratação coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na modalidade de contratação individual/familiar foram identificadas insuficiências nas estimativas correntes dos fluxos de caixa, conforme nota explicativa nº 45.

k) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Provisões e Passivos contingentes

As provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes, classificados como remotos, não são divulgados.

Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

l) Apuração das sobras ou perdas

O fato gerador da receita de contraprestação dos contratos com preço preestabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a Cooperativa já prestou cobertura assistencial. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

O fato gerador das despesas com eventos indenizáveis líquidos e corresponsabilidade transferida (custo assistencial), é o atendimento ao beneficiário do plano de saúde, os quais são reconhecidos na data em que a Cooperativa toma conhecimento do evento, e os eventos não avisados pelos prestadores de serviços e cooperados estão cobertos pela PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados.

As receitas e as despesas de Intercâmbios (atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimeds) em regime eventual e habitual (corresponsabilidade assumida) são reconhecidas quando são avisadas pelos cooperados e prestadores de serviços.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado observando-se o regime de competência dos exercícios.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos e atos cooperativos auxiliares, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas citadas anteriormente e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Também registrou em seu ativo, a totalidade, do imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e bases negativas do exercício corrente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n) Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica extensível aos seus dependentes, seguro de vida em grupo, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche, plano odontológico extensível aos seus dependentes, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós-graduação, MBA e mestrado, vale transporte e bônus. Em 2025 a política de benefícios culminou no pagamento do montante de R\$44.669 (R\$35.485 em 2024).

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Cooperativa avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Cooperativa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágio:

O ágio resultante da aquisição de controladas é normalmente apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento. No caso de aquisições que não envolvam uma entidade legal, o ágio é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora da mesma forma que nas demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, juntamente com os ativos intangíveis.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as unidades geradoras de caixa ou para os grupos de unidades geradoras de caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Mais valia:

A mais valia sobre o valor contábil dos ativos adquiridos resultante da aquisição de controladas é normalmente apresentada nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento. No caso de aquisições que não envolvam uma entidade legal, a mais valia é apresentada nas demonstrações financeiras da controladora da mesma forma que nas demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, e juntamente com os ativos tangíveis ou intangíveis adquiridos.

A amortização da mais valia é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos tangíveis e intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Redução ao valor recuperável:

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada Unidade Geradora de Caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a Unidade Geradora de Caixa.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações de fluxo de caixa. Conforme solicitado no referido pronunciamento, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa nº 43.

q) Novas normas e interpretações contábeis emitidas

Normas emitidas e adotadas no exercício:

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, as quais foram adotadas pela Cooperativa e não foram identificados impactos relevantes em sua adoção:

- Alterações à IAS 21 (CPC 02) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulado Falta de Conversibilidade;
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

Normas já emitidas e não aprovadas pela ANS:

As seguintes normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não foram aprovadas pela ANS como práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa irá avaliar os impactos da sua adoção quando e se forem aprovadas pela ANS:

- Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- IFRS 18 (CPC 51) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

4. DISPONÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	11	10	25	25
Depósitos bancários	201	151	228	235
Total	<u>212</u>	<u>161</u>	<u>253</u>	<u>260</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Aplicações garantidoras de provisões técnicas

Recursos garantidores das Provisões técnicas	Indexador	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	170.760	122.159
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	PRÉ	-	77.251
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	CDI	41.964	2.001
Letras Financeiras do Tesouro LFT	SELIC	62.301	51.127
Fundos de Investimentos - ANS (i)	COTAS	184.271	163.750
Total		<u>459.296</u>	<u>416.288</u>

As aplicações classificadas como garantidores das provisões técnicas apresentam rentabilidade média de 101,03% do CDI (107,50% em 2024).

- (i) São fundos de investimentos dedicados e administrados por instituições financeiras conveniadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de aplicações exclusivas de participantes do setor de saúde suplementar, e cujas cotas podem ser utilizadas como ativos garantidores e são automaticamente vinculadas à ANS.

b) Aplicações livres

São aplicações financeiras que não estão vinculadas à ANS em garantia das provisões técnicas e eventos a liquidar, ou seja, são de livre movimentação da Cooperativa.

	Indexador	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Cotas de fundos de investimentos	COTAS	34.110	36.535	34.110	36.535
Aplicações em Compromissadas	CDI	91.286	85.892	91.286	85.892
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	CDI	145.846	194.287	174.257	239.297
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	CDI	19.392	16.541	19.392	16.541
Título de Renda Variável – “SWAP”	CDI	-	54	-	54
Total		290.634	333.309	319.045	378.319

As aplicações classificadas na categoria de Aplicações Livres apresentam rentabilidade média anual de 100,29% do CDI (101,46% em 2024).

c) Cronograma de vencimentos das aplicações financeiras

A tabela a seguir apresenta os saldos de aplicações financeiras e períodos de vencimento:

	Controladora 2025			Controladora 2024		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil
Cotas de fundos de investimentos	34.110	-	34.110	36.535	-	36.535
Aplicações em Compromissadas	91.286	-	91.286	85.892	-	85.892
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	298.330	18.276	316.606	296.641	97.056	393.697
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	38.879	22.477	61.356	16.541	2.001	18.542
Títulos do Tesouro – LFT	52.091	10.210	62.301	51.127	-	51.127
Cotas de Fundos de Investimento (ANS)	184.271	-	184.271	163.750	-	163.750
Título de Renda Variável – SWAP	-	-	-	-	54	54
Total	698.967	50.963	749.930	650.486	99.111	749.597

	Consolidado 2025			Consolidado 2024		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Valor Contábil
Cotas de fundos de investimentos	34.110	-	34.110	36.535	-	36.535
Aplicações em Compromissadas	91.286	-	91.286	85.918	-	85.918
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	326.740	18.276	345.017	341.625	97.056	438.681
Recibo de Depósito Cooperativista (RDC)	38.879	22.477	61.356	16.541	2.001	18.542
Títulos do Tesouro – LFT	52.091	10.210	62.301	51.127	-	51.127
Cotas de Fundos de Investimento (ANS)	184.271	-	184.271	163.750	-	163.750
Título de Renda Variável – SWAP	-	-	-	-	54	54
Total	727.377	50.963	778.341	695.496	99.111	794.607

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Contraprestação pecuniária a receber (a)	160.267	136.704
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(43.290)	(35.772)
Subtotal	116.977	100.932
Participação de beneficiário em eventos/sinistros indenizáveis (b)	41.305	32.893
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(6.968)	(5.542)
Subtotal	34.337	27.351
Operadoras de planos de assistência à saúde (c)	104.146	137.858
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(6.440)	(6.887)
Subtotal	97.706	130.971
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde (d)	5.092	3.590
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(716)	(224)
Subtotal	4.376	3.366
Total	253.396	262.620

- a) As contraprestações pecuniárias a receber, referem-se a mensalidades em pré-pagamento e à cobrança dos serviços cobertos pelos planos de custo operacional.
- b) Os valores de participação de beneficiários em eventos, referem-se à coparticipação dos beneficiários dos planos de saúde em consultas médicas e exames de diagnósticos.
- c) Os valores de operadoras de planos de assistência à saúde referem-se ao compartilhamento de risco, originários de atendimentos continuados ou habituais, realizados aos beneficiários de outras UNIMED's na rede de prestadores e cooperados da Cooperativa.
- d) Referem-se substancialmente a valores a receber em negociação com outras Unimed's.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm a seguinte composição por idade de vencimento:

Controladora e Consolidado 2025						
	Vencidos					
A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	Total	
Contraprestação pecuniária a receber	76.861	34.599	9.408	2.629	36.770	160.267
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	31.255	2.979	862	286	5.923	41.305
Operadoras de planos de assistência à saúde	99.419	808	1.529	243	2.147	104.146
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde	5.017	28	2	1	44	5.092
Total	212.552	38.414	11.801	3.160	44.884	310.811

Controladora e Consolidado 2024						
	Vencidos					
A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	Total	
Contraprestação pecuniária a receber	67.242	28.285	8.376	1.521	31.280	136.704
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	24.978	2.272	703	222	4.718	32.893
Operadoras de planos de assistência à saúde	131.222	2.031	96	2.129	2.380	137.858
Outros créditos de operações com planos de assist. à saúde	111	1.790	1.331	137	221	3.590
Total	223.553	34.378	10.506	4.009	38.599	311.045

7. CRÉDITOS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM OS PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturas a receber - intercâmbio (a)	75.878	48.421	75.878	48.421
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(6.148)	(7.979)	(6.148)	(7.979)
Subtotal	69.730	40.442	69.730	40.442
Outros créditos	10.666	5.519	14.738	9.049
(-) Provisão para perdas sobre créditos de liquidações duvidosas	(1.301)	(1.121)	(1.306)	(1.121)
Subtotal	9.365	4.398	13.432	7.928
Total	79.095	44.840	83.162	48.370

(a) Intercâmbio a receber refere-se a faturas emitidas para as outras UNIMED's, que tiveram seus clientes atendidos em regime eventual pelos médicos cooperados e prestadores de serviços credenciados pela Cooperativa. O intercâmbio a receber e outros créditos têm a seguinte composição por idade de vencimento:

Controladora	2025					
	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	70.111	953	491	1.156	3.167	75.878
Outros créditos	8.520	761	333	164	888	10.666
Total	78.631	1.714	824	1.320	4.055	86.544
Controladora	2024					
	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	42.706	2.345	159	203	3.008	48.421
Outros créditos	3.419	828	361	158	753	5.519
Total	46.125	3.173	520	361	3.761	53.940
Consolidado	2025					
	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	70.111	953	491	1.156	3.167	75.878
Outros créditos	12.495	858	333	164	888	14.738
Total	82.606	1.811	824	1.320	4.055	90.616
Consolidado	2024					
	Vencidos					Total
	A vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 91 dias	
Faturas a receber - intercâmbio	42.706	2.345	159	203	3.008	48.421
Outros créditos	6.942	835	361	158	753	9.049
Total	49.648	3.180	520	361	3.761	57.470

8. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado em 36 meses, de acordo com o prazo médio de permanência dos usuários de plano familiar e individual na Cooperativa, conforme estudo atuarial realizado anualmente e submetido à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Controladora e consolidado	2025	2024
Saldo inicial	30.696	30.560
Constituição	17.396	16.986
Apropriação	(17.422)	(16.850)
Saldo final	<u>30.670</u>	<u>30.696</u>
Circulante	17.217	17.464
Não Circulante	13.453	13.232

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a compensar	16.024	10.872	18.383	12.287
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.728	4.433	5.728	4.433
Retenção PIS e COFINS	15.807	18.302	16.046	18.322
Retenção órgãos públicos	5.817	5.711	5.817	5.711
CSLL a compensar	4.225	3.225	4.951	3.664
IRRF sobre faturamento	1.334	959	1.334	959
Outros tributos a recuperar	7.369	7.627	7.416	7.959
Total	<u>56.304</u>	<u>51.129</u>	<u>59.675</u>	<u>53.335</u>

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque de materiais e medicamentos	79.462	66.172	87.543	73.648
(-) PECLD – Medicamentos	(785)	-	(1.040)	-
Adiantamento a fornecedores	7.991	20.472	8.092	20.472
Adiantamento a cooperados	410	625	410	625
Dividendos a receber	2.267	2.370	-	-
Ativos assumidos – Maternidade				
Nossa Sra. de Fátima	2.679	6.187	2.679	6.187
Outros	2.230	2.125	2.487	1.880
Total	<u>94.254</u>	<u>97.951</u>	<u>100.171</u>	<u>102.812</u>
Circulante	94.254	97.951	100.171	102.812

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Seguindo as premissas do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, foram reconhecidos os ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, na expectativa de que no futuro estes valores sejam recuperados com o imposto corrente devido.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Ativo</u>				
Crédito tributário sobre provisão para ações judiciais	48.429	46.966	48.458	47.036
Crédito tributário sobre demais provisões	1.189	834	2.122	1.806
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	-	-	1.453	2.763
Crédito tributário sobre provisão para perdas	21.406	19.572	21.406	19.572
<u>Passivo</u>				
Débito tributário sobre depreciação de mais valia em edificações	(2.687)	(2.774)	(2.687)	(2.774)
Débito tributário sobre amortização de marca	(2.177)	(2.332)	(2.177)	(2.332)
Total	<u>66.160</u>	<u>62.266</u>	<u>68.575</u>	<u>66.071</u>

A Companhia possui adições e exclusões temporárias no valor de R\$ 194.588 (R\$ 183.135 em 2024), para os quais possuem impostos diferidos ativos para 31 de dezembro de 2025.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros demonstram que o crédito tributário será compensado integralmente até o ano de 2028, conforme demonstrado abaixo:

	2025	
	Controladora	Consolidado
2026	16.415	16.760
2027	23.690	24.223
2028	26.055	27.592
Total	66.160	68.575

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Depósitos judiciais - SUS (a)	2.827	109.833
Depósitos judiciais - Multa ANS (b)	7.293	14.707
Depósito judicial - ISS faturamento (c)	-	56.754
Depósito judicial - ISS auto de infração (d)	22.831	21.089
Depósitos judiciais - Reclamações cíveis (b)	11.456	9.033
Depósitos judiciais - Reclamações trabalhistas	1.645	1.425
Total	<u>46.052</u>	<u>212.841</u>

a) Depósitos judiciais SUS, são valores discutidos administrativamente junto à ANS e indeferidos pela mesma, vide nota explicativa nº 16(b).

Em 2025 os valores foram revertidos parcialmente em favor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

- b) Vide nota explicativa nº 24(b).
- c) Refere-se aos depósitos judiciais do ISS realizados na ação nº 0000220-95.2018.8.16.0179, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, que tem por objeto a alteração promovida pela Lei Complementar nº 157/2016, a qual passou a estabelecer que o ISS devido pelas operadoras de planos de saúde deve ser recolhido nos municípios em que residem os tomadores dos serviços (ou seja, os contratantes dos planos de saúde).

O processo transitou em julgado em 25/08/2025 e os depósitos judiciais foram revertidos em favor da Prefeitura de Curitiba.

- d) Refere-se aos autos de infração lavrados pelo Município de Curitiba discutidos na ação judicial nº 0000067-05.2018.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Vide nota explicativa nº 24(a).

13. INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

		Controladora					
	Método	Saldo em 31.12.24	Adição	Baixa Capital	Equivalência Patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31.12.25
Unimed Curitiba Participações S.A. (a)	Equivalência Patrimonial	68.695	-	(20.000)	9.544	(2.267)	55.972
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	Equivalência Patrimonial	1.362	-	-	224	-	1.586
Sociedade de Compartilhamento - Participações Societárias S.A. (b)	Equivalência Patrimonial	3.128	136	-	(307)	-	2.957
		73.185	136	(20.000)	9.461	(2.267)	60.515
Unimed Participações S.A. (c)	Custo	114.472	1.317	-	-	-	115.789
Unimed do Estado do Paraná (d)	Custo	36.232	-	-	-	-	36.232
Unimed Seguradora S.A. (e)	Custo	29.466	8.158	-	-	-	37.624
Unimed Nacional - Cooperativa Central (i)	Custo	14.091	33.404	-	-	-	47.495
Greencred (d)	Custo	192	-	-	-	-	192
Outros	Custo	37	77	-	-	-	114
		194.490	42.956	-	-	-	237.446
Total		267.675	43.092	(20.000)	9.461	(2.267)	297.961

		Consolidado			
	Método	Saldo em 31.12.24	Adição	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31.12.25
Univision Informática S.A. (f)	Equivalência Patrimonial	2.199	150	773	3.122
Emedbr Tecnologia Ltda. (g)	Equivalência Patrimonial	4.185	-	(769)	3.416
Sociedade de Compartilhamento - Participações Societárias S.A. (b)	Equivalência Patrimonial	3.128	136	(307)	2.957
		9.512	286	(303)	9.495
Unimed Participações S.A. (c)	Custo	114.472	1.317	-	115.789
Unimed do Estado do Paraná (d)	Custo	36.232	-	-	36.232
Unimed Seguradora S.A. (e)	Custo	29.466	8.158	-	37.624
Unimed Nacional - Cooperativa Central (h)	Custo	14.091	33.404	-	47.495
Greencred (d)	Custo	192	-	-	192
Outros	Custo	37	77	-	114
		194.490	42.956	-	237.446
Total		204.002	43.242	(303)	246.941

- (a) A UNIMED Curitiba Participações S.A., controlada 100% pela Cooperativa é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2015.

A controlada tem como objeto social a prestação de serviços laboratoriais, serviços auxiliares de apoio diagnóstico a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, sociedades cooperativas de médicos e outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados, bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico. Durante o ano de 2025 o capital social foi reduzido em R\$ 20.000 e revertido para a Controladora Unimed Curitiba.

- (b) Sociedade de Compartilhamento – Participações Societárias S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2018.

A coligada tem como objeto social a participação em outras sociedades não financeiras, as quais atuam na prestação de serviços de apoio ligados à área médica ou à gestão e administração de planos de saúde.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 31,78% do capital votante em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e a Administração da Cooperativa tem influência significativa nas decisões societárias da investida.

- (c) A Unimed Participações S.A. é a “holding” do Sistema Unimed que controla as empresas Unimed Seguradora S.A., Unimed Administração e Serviços S/C Ltda. e Unimed Corretora de Seguros S/C Ltda. Criada em 1989, para representar os interesses das acionistas junto às controladas, captando recursos e acompanhando suas performances, sempre buscando otimizar a rentabilidade dos investimentos das sócias. Tem como missão contribuir para o crescimento e o fortalecimento econômico do Sistema Unimed, definindo estratégias e diretrizes para a otimização dos recursos financeiros investidos pelas sócias nas empresas controladas.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 8,51% do capital votante em 31 de dezembro de 2025 (8,45% em 31 de dezembro de 2024) e a Administração da Cooperativa não tem influência significativa nas decisões societárias, motivo pelo qual são avaliados ao custo histórico.

No exercício de 2025 a Cooperativa adquiriu 679.868 ações da Unimed Participações S.A., no montante de R\$ 1.317.

- (d) Refere-se a cotas de participação societárias em outras sociedades cooperativas e são avaliados pelo custo de aquisição.

- (e) A Unimed Seguradora S.A. foi criada em 1990 e atua no ramo de seguros de vida em grupo, acidentes pessoais, planos de benefícios de previdência privada aberta, planos geradores de benefícios livres (PGBL) e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) para clientes pessoas físicas, jurídicas e entidades governamentais em todo território nacional.

Os investimentos mantidos pela Cooperativa não representam 10% ou mais do capital votante de cada investida e a Administração da Cooperativa não tem influência significativa nas decisões societárias das investidas, motivo pelo qual são avaliados ao custo histórico.

O investimento mantido pela Cooperativa representa 2,11% do capital votante em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No exercício de 2025 a Cooperativa aumentou o investimento mediante incorporação de reserva de lucros/dividendos da investida montante de R\$ 8.158, sem emissão de ações

- (f) A Univision Informática S.A. atua no ramo de prestação de serviços de: programação, desenvolvimento e análise de sistemas de informática; assessoria e consultoria em informática, portais e provedores de conteúdo; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não - customizáveis; licenciamento de software; suporte e manutenção em tecnologia da informação; licenciamento de software como serviço; desenvolvimento de software como serviço disponibilizado pela internet; e participação em outras Companhias, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

O investimento mantido pela controlada Unimed Curitiba Participações S.A representa 33,33% do capital votante da investida em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e a Administração da Companhia tem influência significativa nas decisões societárias da investida.

- (g) A Emedbr Tecnologia Ltda. atua no ramo de atividades de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizados.

O investimento mantido pela controlada Unimed Curitiba Participações S.A representa 50% do capital votante da investida. A Administração da Companhia e a tomada de decisões são em conjunto com os demais sócios.

Em 2025, a EMED passou a ser acionista de uma nova empresa com o intuito de criar uma operação centralizada, responsável por prover os serviços relativos a ERPs para o Grupo Unimed, sendo ela:

PRONTU MAIS TECNOLOGIA EM SAÚDE S.A. A Companhia tem sede e foro na Alameda Santos, 1827, 5º andar, conjunto 51, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01419-909. na qual a EMED detém 99.560 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas pelo preço de emissão de R\$1,00 cada e que representam 24,89% de participação na sociedade.

A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, treinamento em informática, atividade médica ambulatorial restrita a consultas

- (h) Unimed Nacional – Cooperativa Central é uma cooperativa singular, constituída em 8 de setembro de 1998 e que atua no ramo de operadora de plano de saúde. O investimento é avaliado pelo custo de aquisição das cotas de participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária da investida Unimed Nacional realizada em 27 de novembro de 2024, foi apresentado o plano de reestruturação dos negócios e aprovado o aumento do capital social através da capitalização de 10% (dez por cento) do valor linear da necessidade de ativos garantidores de suas associadas.

Dessa forma, a partir de dezembro de 2024, a Cooperativa se comprometeu a aportar o montante de R\$36.441 diretamente no capital social da Unimed Nacional em doze parcelas iguais de R\$3.037. No exercício de 2025 foi aportado o montante de R\$ 33.304 (R\$ 3.037 em 2024).

Adicionalmente no exercício de 2025 houve pagamento de R\$ 3.387 referente a perdas de exercícios anteriores, conforme divulgado na NE 38. Esse montante não impacta o montante do investimento registrado a custo histórico.

Controladas - Informações Financeiras resumidas:

		31 de dezembro de 2025	
		Unimed Curitiba Participações S.A.	Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.
Informações sobre as controladas:			
Ativo		81.463	2.126
Passivo		25.491	525
Patrimônio líquido		55.972	1.601
Lucro (prejuízo) do exercício		9.544	226
Número de ações de Capital		33.015.000	4.000.000
Informações sobre os investimentos nas controladas:			
Número de ações/quotas possuídas		33.015.000	3.960.000
Percentuais de participação		100%	99%

		31 de dezembro de 2024	
		Unimed Curitiba Participações S.A.	Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.
Informações sobre as controladas:			
Ativo		87.078	1.926
Passivo		18.383	550
Patrimônio líquido		68.695	1.376
Lucro (prejuízo) do exercício		9.977	(183)
Número de ações de Capital		53.015.000	4.000.000
Informações sobre os investimentos nas controladas:			
Número de ações/quotas possuídas		53.015.000	3.960.000
Percentuais de participação		100%	99%

14. IMOBILIZADO

		Controladora					
		2025				2024	
		Taxa de depreciação anual	Custo		Depreciação o acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Descrição	Grupo			"Impairment"			
Terrenos	Hospitalar	-	37.056	(12.304)	-	24.752	24.757
Edificações	Hospitalar	1,67%	100.121	(30.182)	(3.811)	66.128	66.887
Móveis e utensílios	Hospitalar	6,67%	4.284	(235)	(733)	3.316	3.171
Instalações e equipamentos	Hospitalar	6,67%	9.996	(1.166)	(1.287)	7.543	5.811
Equipamentos de informática	Hospitalar	20%	1.077	51	(376)	752	778
Subtotal			152.534	(43.836)	(6.207)	102.491	101.404

Controladora							
Descrição	Grupo	Taxa de depreciação anual	Custo	"Impairment"	2025	2024	
					Depreciação o acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	Não Hospitalar	-	61.666	(175)	-	61.491	50.317
Edificações	Não Hospitalar	2%	32.580	(83)	(4.197)	28.300	28.208
Móveis e utensílios	Não Hospitalar	6,67%	8.639	-	(2.673)	5.966	4.068
Instalações e equipamentos	Não Hospitalar	6,67%	11.934	-	(4.946)	6.988	7.432
Equipamentos de informática	Não Hospitalar	20%	30.783	-	(19.888)	10.895	8.993
Bens com direito de uso (a)	Não Hospitalar	-	23.159	-	(13.314)	9.845	7.649
Outras imobilizações (b)	Não Hospitalar	4%	26.350	-	(13.567)	12.783	12.929
Imobilizações em curso	Não Hospitalar	-	37.206	-	-	37.206	-
Subtotal			232.317	(258)	(58.585)	173.474	119.596
Total			384.851	(44.093)	(64.793)	275.965	221.000

Consolidado							
Descrição	Grupo	Taxa de depreciação anual	Custo	"Impairment"	2025	2024	
					Depreciação o acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	Hospitalar	-	37.056	(12.304)	-	24.752	24.757
Edificações	Hospitalar	1,67%	100.121	(30.182)	(3.811)	66.128	66.887
Móveis e utensílios	Hospitalar	6,67%	4.284	(235)	(733)	3.316	3.171
Instalações e equipamentos	Hospitalar	6,67%	9.996	(1.166)	(1.287)	7.543	5.811
Equipamentos de informática	Hospitalar	20%	1.077	51	(376)	752	778
Subtotal			152.534	(43.836)	(6.207)	102.491	101.404
Terrenos	Não Hospitalar	-	61.666	(175)	-	61.491	50.317
Edificações	Não Hospitalar	2%	32.580	(83)	(4.197)	28.300	28.208
Móveis e utensílios	Não Hospitalar	6,67%	12.134	-	(4.371)	7.763	5.612
Instalações e equipamentos	Não Hospitalar	6,67%	19.982	-	(9.243)	10.739	10.867
Equipamentos de informática	Não Hospitalar	20%	33.859	-	(21.861)	11.998	9.882
Bens com direito de uso (a)	Não Hospitalar	-	43.879	-	(26.730)	17.149	11.179
Maq. direito de uso (a)	Não Hospitalar	-	4.981	-	(4.265)	716	157
Outras imobilizações	Não Hospitalar	4%	48.992	-	(28.331)	20.661	16.806
Imobilizações em curso	Não Hospitalar	-	37.206	-	-	37.206	-
Subtotal			295.279	(258)	(98.998)	196.023	133.028
Total			447.813	(44.093)	(105.206)	298.514	234.432

(a) A Cooperativa e a investida Unimed Curitiba Participações S.A. possuem operações de arrendamento de ativos sendo eles: imobiliário, equipamentos ligados a produção e veículos. A depreciação destes ativos é reconhecida de forma linear.

Em função dos autos de infração lavrados contra a Cooperativa pela Delegacia da Receita Federal em Curitiba, mencionados na nota explicativa nº 24.a), os bens da Cooperativa existentes na data base de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram objeto de arrolamento de bens e direitos junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil. Segundo a Instrução Normativa RFB 2.091/2022, o arrolamento não impede a alienação, transferência ou oneração dos bens, sendo que qualquer destas hipóteses deve ser comunicada no prazo de cinco dias para a Delegacia da Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025 o valor residual contábil dos bens arrolados é de R\$6.381.

Em setembro de 2013, a Cooperativa ofereceu imóveis no valor contábil de R\$27.351 em garantia no processo judicial nº 5013032-33.2013.404.7000, em trâmite na 23ª Vara Federal de Curitiba, que tem por objeto o auto de infração 10980.004893/2002-08 (PIS sobre atos não cooperativos no período de 04/1997 a 06/2001), os quais ainda estão em garantia em 31 de dezembro de 2025.

Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Custo líquido de "impairment"	Controladora								Total
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Equipamentos de informática	Bens com direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizações em curso	
Saldo em 31/12/2023	60.995	87.683	6.682	11.380	21.684	16.754	17.267	-	222.445
Adições	25.562	31.129	3.551	7.548	4.793	964	1.033	-	74.580
Baixas	-	-	(103)	(82)	(20)	-	-	-	(205)
Redução ao valor recuperável (a)	(12.098)	(26.747)	(1.023)	(1.364)	(179)	-	-	-	(41.411)
Transferência	615	9.054	569	556	18	12	4.335	-	15.159
Saldo em 31/12/2024	75.074	101.119	9.676	18.038	26.296	17.730	22.635	-	270.568
Adições	11.175	4.674	3.455	4.372	5.630	5.679	3.715	37.206	75.906
Baixas	-	(1)	(208)	(479)	(66)	(250)	-	-	(1.004)
Redução ao valor recuperável	(6)	(3.356)	(235)	(1.166)	51	-	-	-	(4.712)
Saldo em 31/12/2025	86.243	102.436	12.688	20.765	31.911	23.159	26.350	37.206	340.758
<u>Depreciação</u>									
Saldo em 31/12/2023	-	(3.239)	(2.068)	(4.010)	(12.979)	(6.585)	(7.141)	-	(36.022)
Depreciação	-	(1.612)	(464)	(935)	(3.475)	(3.484)	(2.565)	-	(12.535)
Baixas	-	-	95	72	7	-	-	-	174
Transferência	-	(1.173)	-	78	(78)	(12)	-	-	(1.185)
Saldo em 31/12/2024	-	(6.024)	(2.437)	(4.795)	(16.525)	(10.081)	(9.706)	-	(49.568)
Depreciação	-	(1.984)	(989)	(1.606)	(3.750)	(3.233)	(3.861)	-	(15.423)
Baixas	-	-	20	167	11	-	-	-	198
Saldo em 31/12/2025	-	(8.008)	(3.406)	(6.234)	(20.264)	(13.314)	(13.567)	-	(64.793)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31/12/2023	60.995	84.444	4.614	7.370	8.705	10.169	10.126	-	186.423
Saldo em 31/12/2024	75.074	95.095	7.239	13.243	9.771	7.649	12.929	-	221.000
Saldo em 31/12/2025	86.243	94.428	9.282	14.531	11.647	9.845	12.783	37.206	275.965

Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos

Custo líquido de "impairment"	Consolidado									Total
	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Equipamentos de informática	Bens com direito de uso	Maq. direito de uso	Outras imobilizações	Imob. em andamento	
Saldo em 31/12/2023	60.995	87.683	9.662	18.544	23.834	28.911	3.514	33.165	-	266.308
Adições	25.562	31.129	3.621	7.635	5.126	1.802	-	2.179	-	77.054
Baixas	-	-	(103)	(82)	(20)	-	-	-	-	(205)
Redução ao valor recuperável (a)	(12.098)	(26.747)	(1.023)	(1.364)	(179)	-	-	-	-	(41.411)
Transferências	615	9.054	569	556	21	12	-	4.335	-	15.162
Saldo em 31/12/2024	75.074	101.119	12.726	25.289	28.782	30.725	3.514	39.679	-	316.908
Adições	11.175	4.674	3.900	5.169	6.234	13.404	1.467	9.313	37.206	92.542
Baixas	-	(1)	(208)	(479)	(80)	(250)	-	-	-	(1.018)
Redução ao valor recuperável	(6)	(3.356)	(235)	(1.166)	51	-	-	-	-	(4.712)
Saldo em 31/12/2025	86.243	102.436	16.183	28.813	34.987	43.879	4.981	48.992	37.206	403.720
Depreciação										
Saldo 31/12/2023	-	(1.173)	-	78	(82)	(12)	-	-	-	(1.189)
Depreciação	-	(1.612)	(632)	(1.392)	(3.834)	(6.547)	(626)	(4.775)	-	(19.418)
Baixas	-	-	95	71	7	-	-	-	-	173
Transferência	-	(1.173)	-	78	(82)	(12)	-	-	-	(1.189)
Saldo em 31/12/2024	-	(6.024)	(3.943)	(8.611)	(18.122)	(19.546)	(3.357)	(22.873)	-	(82.476)
Depreciação	-	(1.984)	(1.181)	(2.086)	(4.132)	(7.184)	(908)	(5.458)	-	(22.933)
Baixas	-	-	20	166	17	-	-	-	-	203
Saldo em 31/12/2025	-	(8.008)	(5.104)	(10.531)	(22.237)	(26.730)	(4.265)	(28.331)	-	(105.206)
Imobilizado líquido										
Saldo em 31/12/2023	60.995	84.444	6.256	11.176	9.621	15.924	783	15.067	-	204.266
Saldo em 31/12/2024	75.074	95.095	8.783	16.678	10.660	11.179	157	16.806	-	234.432
Saldo em 31/12/2025	86.243	94.428	11.079	18.282	12.750	17.149	716	20.661	37.206	298.514

(a) Em 2025 foi realizado o teste de recuperabilidade ("impairment") referente a unidade geradora de caixa Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima onde indicadores de redução ao valor recuperável de parte dos investimentos foram identificados, para os quais a Cooperativa reconheceu a provisão no montante de R\$ 4.444 sendo R\$ 4.712 no imobilizado e reversão de R\$ 268 no intangível, em contrapartida as rubricas de despesas patrimoniais (vide nota explicativa nº 38) referente à perda por desvalorização ("impairment") em atendimentos ao CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo.

15. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora				
	Taxa de depreciação anual	2025			2024
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marca	4,55%	9.945	(1.914)	8.031	8.401
"Goodwill"	-	-	-	-	-
Software	15%	30.117	(25.965)	4.152	5.837
Software em construção	-	11.915	-	11.915	3.707
Total		51.977	(27.879)	24.098	17.945

Descrição	Consolidado				
	Taxa de depreciação anual	2025			2024
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Marca	4,55%	9.945	(1.914)	8.031	8.401
"Goodwill"	-	-	-	-	-
Software	15%	32.820	(28.128)	4.692	6.710
Software em construção	-	11.915	-	11.915	3.707
Outras imobilizações	-	290	-	290	290
Total		54.970	(30.042)	24.928	19.108

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Marca	"Goodwill"	Software	Software em desenvolvimento	Total
<u>Custo</u>					
Saldo em 31/12/2023	14.039	4.518	28.671	2.252	49.480
Adições	-	-	2.011	1.455	3.466
Baixas (a)	-	(4.518)	(130)	-	(4.648)
"Impairment" (a)	(4.362)	-	-	-	(4.362)
Transferências	-	-	11	-	11
Saldo em 31/12/2024	9.677	-	30.563	3.707	43.947
Adições	-	-	765	8.208	8.973
Baixas (a)	-	-	(1.211)	-	(1.211)
"Impairment" (a)	268	-	-	-	268
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	9.945	-	30.117	11.915	51.977
<u>Amortização</u>					
Saldo em 31/12/2023	(638)	-	(23.115)	-	(23.753)
Amortização	(638)	-	(1.611)	-	(2.249)
Saldo em 31/12/2024	(1.276)	-	(24.726)	-	(26.002)
Amortização	(638)	-	(1.478)	-	(2.116)
Baixas	-	-	239	-	239
Saldo em 31/12/2025	(1.914)	-	(25.965)	-	(27.879)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31/12/2023	13.401	4.518	5.556	2.252	25.727
Saldo em 31/12/2024	8.401	-	5.837	3.707	17.945
Saldo em 31/12/2025	8.031	-	4.152	11.915	24.098

	Consolidado					
	Marca	“Goodwill”	Software	Software em desenvolvimento	Outros	Total
<u>Custo</u>						
Saldo em 31/12/2023	14.039	4.518	30.546	2.252	290	51.645
Adições	-	-	2.829	1.455	-	4.284
Baixas (a)	-	(4.518)	(130)	-	-	(4.648)
“Impairment” (a)	(4.362)	-	-	-	-	(4.362)
Transferências	-	-	11	-	-	11
Saldo em 31/12/2024	9.677	-	33.256	3.707	290	46.930
Adições	-	-	775	8.208	-	8.983
Baixas (a)	-	-	(1.211)	-	-	(1.211)
“Impairment” (a)	268	-	-	-	-	268
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	9.945	-	32.820	11.915	290	54.970
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31/12/2023	(638)	-	(24.688)	-	-	(25.326)
Amortização	(638)	-	(1.858)	-	-	(2.496)
Saldo em 31/12/2024	(1.276)	-	(26.546)	-	-	(27.822)
Amortização	(638)	-	(1.821)	-	-	(2.459)
Baixas	-	-	239	-	-	239
Saldo em 31/12/2025	(1.914)	-	(28.128)	-	-	(30.042)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31/12/2023	13.401	4.518	5.858	2.252	290	26.319
Saldo em 31/12/2024	8.401	-	6.710	3.707	290	19.108
Saldo em 31/12/2025	8.031	-	4.692	11.915	290	24.928

- (a) Redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecido com base em laudo técnico de avaliação e teste de recuperabilidade, referente à Maternidade Nossa Senhora de Fátima, em atendimentos ao CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo, vide notas explicativas nº 14 (a) e nº 38.

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG (a)	77.971	72.539	77.971	72.539
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (b)	35.724	140.281	35.724	140.281
Provisão de eventos ocorridos e não avisados				
PEONA (c)	143.602	135.176	143.602	135.176
PEONA SUS (d)	9.545	5.812	9.545	5.812
Eventos a liquidar (e)	315.679	307.348	309.648	301.824
Total	582.521	661.156	576.490	655.632
Circulante	579.694	551.323	573.663	545.799
Não Circulante	2.827	109.833	2.827	109.833

- a) Esta provisão é para cobertura dos riscos contratuais não decorridos, referentes aos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento com vigência iniciada em dezembro de 2025 e finalizada em janeiro de 2026. Tais valores serão reconhecidos na receita no ano de 2026.

- b) O saldo demonstrado acima refere-se às cobranças recebidas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pelo atendimento médico e hospitalar prestado aos usuários da Cooperativa na rede pública de saúde e hospitais conveniados. A Cooperativa está discutindo na esfera judicial essas cobranças inclusive na repercussão geral no Recurso Extraordinário nº 597064, por entender que elas são indevidas, tendo em vista que os usuários também possuem o direito ao atendimento pelo SUS e, também, porque a base de cálculo utilizada pela Agência igualmente não tem respaldo legal.
- c) A provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA, está 100% contabilizada em conformidade com a Metodologia Atuarial Própria aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- d) A PEONA SUS - Provisão para eventos ocorridos e não avisados do Sistema Único de Saúde está 100% contabilizada em conformidade com o valor divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em seu sítio da ANS, e o fator individual corresponde a 58% do total de eventos avisados nos últimos 24 meses.
- e) A provisão de eventos a liquidar inclui consultas e honorários médicos, internações, exames, terapias e demais despesas assistenciais, e foi constituída com base nos valores a pagar decorrentes dos eventos ocorridos e devidamente notificados/comunicados à Cooperativa pelos cooperados e prestadores de serviços, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Saúde.

Garantias financeiras das provisões técnicas

A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto, conforme os critérios dispostos na Resolução Normativa n.º 521/22, que regulamenta o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde. No final do ano de 2025 a Cooperativa apresentou superávit de ativos lastreados em R\$ 62.946 (R\$ 41.581 em 2024) e superávit para ativos vinculados em R\$ 35.513 (R\$ 12.388 em 2024).

17. CONTRAPRESTAÇÕES A RESTITUIR

As contraprestações a restituir no valor de R\$ 3.756 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.727 em 2024) referem-se a valores a restituir para contratantes dos planos de saúde por pagamentos indevidos.

18. RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES

As receitas antecipadas de contraprestações no valor de R\$ 3.796 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.922 em 2024) são valores pagos pelos contratantes dos planos de saúde, antes do início de vigência da cobertura contratual.

19. OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São valores a pagar para outras UNIMEDs (intercâmbio) no montante, na controladora e consolidado, de R\$ 36.284 em 31 de dezembro de 2025 (R\$36.516 em 2024), referentes às operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento aos beneficiários do plano de saúde da UNIMED Curitiba, conforme previsto na RN nº 517 de 29 de abril de 2022.

20. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Esses débitos referem-se aos atendimentos em intercâmbio eventual, prestados pelos cooperados e rede credenciada da Cooperativa aos beneficiários de planos de saúde de outras operadoras de saúde Unimed.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rede credenciada	43.285	24.004	43.285	24.004
Médicos cooperados	6.875	3.753	6.875	3.753
Fornecedores	72.683	55.521	79.925	61.068
Outros	245	365	245	365
Total	<u>123.088</u>	<u>83.643</u>	<u>130.330</u>	<u>89.190</u>

21. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS a recolher sobre faturamento	3.990	60.489	4.466	60.900
IRRF a recolher cooperados	28.995	26.426	28.995	26.426
IRRF a recolher – JCP à cooperados	10.164	9.470	10.164	9.470
INSS a recolher cooperados	7.655	7.002	7.655	7.002
INSS a recolher sobre folha de colaboradores	4.745	3.733	5.466	4.341
IRRF a recolher prestadores	3.419	2.854	3.468	2.878
PIS, COFINS, CSLL a recolher	8.692	6.950	8.943	7.075
Outros	3.506	3.283	4.338	3.743
Total	<u>71.166</u>	<u>120.207</u>	<u>73.495</u>	<u>121.835</u>
Circulante	71.166	63.453	73.495	65.081
Não circulante	-	56.754	-	56.754

22. DÉBITOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias e encargos	17.441	13.428	19.797	16.071
Fornecedores	32.493	24.705	32.716	24.944
Parceria Banco Santander Brasil S.A. (a)	1.493	2.613	1.861	3.258
Arrendamento mercantil (b)	10.621	9.028	19.305	13.053
Valores a Pagar – Associação Cultural São José	2.400	2.400	2.400	2.400
Passivos Assumidos - Maternidade Nossa Sra. de Fátima	1.562	2.045	1.562	2.045
Bônus a colaboradores	6.622	4.585	7.557	5.191
Outras obrigações a pagar	4.118	2.693	5.208	3.751
Total	<u>76.750</u>	<u>61.497</u>	<u>90.406</u>	<u>70.713</u>
Circulante	73.441	55.970	82.122	64.160
Não Circulante	3.309	5.527	8.284	6.553

- a) Em 2022 a Cooperativa buscou no mercado através de concorrência, parceria com instituição financeira visando tarifas bancárias mais atrativas em todos os produtos oferecidos aos cooperados, à Cooperativa e aos colaboradores, seja na conta corrente, cartões de crédito, tarifas de cobrança entre outras.

O Banco Santander ofereceu as melhores condições e, através de contrato assinado em março de 2022, a Cooperativa firmou parceria por 60 meses a contar da data do pagamento do prêmio por preferência, o qual ocorreu em maio de 2022 no valor de R\$5.597.

O valor do prêmio é reconhecimento mensalmente no resultado, durante a vigência do contrato.

A movimentação está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	2.613	3.732	3.258	4.655
Apropriação no resultado	(1.119)	(1.119)	(1.397)	(1.397)
Saldo final	<u>1.494</u>	<u>2.613</u>	<u>1.861</u>	<u>3.258</u>

Em caso de rescisão contratual por parte da Cooperativa ou infração das condições contratuais, esta ficará obrigada a devolver ao Banco Santander os valores recebidos, corrigidos pela variação positiva acumulada do IPCA-IBGE e acrescidos de juros de 12% ao ano, da seguinte forma:

Penalidade por infração ou rescisão antecipada	Percentual
Até 24 meses de vigência do contrato	100%
De 25 a 48 meses da vigência do contrato	70%
A partir de 49 meses de vigência do contrato	50%

Em 31 de dezembro de 2025 a penalidade está na faixa de 70%, com valor estimado de R\$ 6.468 cuja probabilidade de rescisão contratual é remota

- b) Refere-se a passivos de arrendamento referente as parcelas dos contratos de aluguel de imóveis e equipamentos trazidos a valor presente, em atendimento ao CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil. A movimentação está demonstrada abaixo:

	Controladora					
	2024	Adições (*)	Apropriação Juros	Remensurações contratuais (*)	Pagamento	2025
Arrendamento mercantil	9.028	4.756	1.724	672	(5.559)	10.621
Total	<u>9.028</u>	<u>4.756</u>	<u>1.724</u>	<u>672</u>	<u>(5.559)</u>	<u>10.621</u>
	Consolidado					
	2024	Adições (*)	Apropriação Juros	Remensurações contratuais (*)	Pagamento	2025
Arrendamento mercantil	13.053	13.275	2.952	1.345	(11.320)	19.305
Total	<u>13.053</u>	<u>13.275</u>	<u>2.952</u>	<u>1.345</u>	<u>(11.320)</u>	<u>19.305</u>

(*) Os valores de adições e remensurações contratuais referem-se à adoção inicial de novos contratos ou reajustes contratuais.

Abaixo, demonstramos o cronograma de pagamento e apropriação dos juros.

	Controladora	Consolidado
2026	3.625	5.980
2027	3.466	4.897
2028	1.368	2.854
2029	1.156	2.961
2030	434	2.040
A partir de 2030	572	573
Saldo final	10.621	19.305

23. CONTA CORRENTE COOPERADOS

O saldo da conta corrente com cooperados no valor de R\$6.418 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.336 em 2024), refere-se a cotas de capital social a restituir aos médicos que solicitaram descredenciamento da Cooperativa.

24. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	Controladora					2025
	2024	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização	
Ações tributárias (a)	75.981	568	-	-	4.023	80.572
Ações cíveis (b)	177.378	67.000	(34.828)	(32.821)	7.943	184.672
Ações trabalhistas (c)	4.780	492	(450)	(614)	231	4.439
Ressarcimento ao SUS (d)	221	-	(6)	-	-	215
Total	258.360	68.060	(35.284)	(33.435)	12.197	269.898

	Consolidado					2025
	2024	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização	
Ações tributárias (a)	75.981	568	-	-	4.023	80.572
Ações cíveis (b)	177.516	67.043	(34.934)	(32.821)	7.945	184.749
Ações trabalhistas (c)	4.848	493	(511)	(614)	231	4.447
Ressarcimento ao SUS (d)	221	-	(6)	-	-	215
Total	258.566	68.104	(35.451)	(33.435)	12.199	269.983

a) Abaixo, as ações tributárias por natureza:

	Controladora e Consolidado			
	2024	Adição	Atualização	2025
PIS e COFINS (a.1)	50.336	-	1.746	52.082
ISS Curitiba (a.2)	21.088	-	1.742	22.829
INSS Folha	4.557	568	535	5.660
Total	75.981	568	4.023	80.572

(a.1) PIS e COFINS

A Cooperativa foi notificada em 2002 sobre autos de infração da Secretaria da Receita Federal relativos ao não oferecimento à tributação da COFINS e do PIS dos resultados auferidos com as operações denominadas de atos auxiliares e atos cooperativos, referentes aos períodos-base de abril de 1992 a junho de 2001 e fevereiro de 1996 a junho de 2001, respectivamente.

A Cooperativa impugnou na esfera administrativa os autos de infração lavrados em 2002 alegando, em síntese, que: (i) não tem receita e não auferir lucros; (ii) os atos auxiliares configuram ato cooperativo e, portanto, não podem ser tributados; (iii) presta serviço de intermediação entre os beneficiários dos planos de saúde e os hospitais, clínicas e laboratórios da rede credenciada, com o que a base de cálculo do PIS e da COFINS corresponde à diferença entre as mensalidades pagas pelos beneficiários dos planos de saúde e os valores que são repassados para os terceiros credenciados que prestam os serviços médico-hospitalares, de diagnóstico e terapia; (iv) não foi respeitado o prazo decadencial de cinco anos, referente ao período de abril de 1992 a março de 1997.

A impugnação apresentada no auto de infração 10980.004893/2002-08 (PIS sobre atos auxiliares) foi parcialmente acolhida para cancelar o lançamento no período de fevereiro de 1996 a março de 1997. O saldo remanescente foi questionado na ação judicial nº 5011394-62.2013.404.7000, em trâmite na 15ª Vara Federal de Curitiba. O saldo remanescente está provisionado no montante de R\$ 32.904 em 31 de dezembro de 2025 (R\$31.786 em 2024).

A impugnação apresentada no auto de infração 10980.004892/2002-55 (COFINS sobre atos auxiliares) foi parcialmente acolhida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais para anular o lançamento no período de abril de 1992 a março de 1997. O saldo remanescente foi questionado na ação judicial nº 5038230-33.2017.404.7000, da 4ª Vara Federal de Curitiba. O saldo remanescente de R\$ 133.563 está parcialmente provisionado, sendo o risco de perda provável, no montante de R\$ 19.178 em 31 de dezembro de 2025 (R\$18.550 em 2024) e R\$114.385 não requer provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível, haja vista que foi deferida liminar em 12 de setembro de 2017 que confirma a decisão da Cooperativa de não provisionar.

A Administração da Cooperativa, suportada pela avaliação dos seus advogados, entende que as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são suficientes para cobrir eventuais desembolsos.

(a.2) Imposto Sobre Serviços - ISS Curitiba

Em 2014, a Cooperativa recebeu autos de infração do Município de Curitiba exigindo o ISS sobre valores que teriam sido auferidos a título de taxa administrativa dos estabelecimentos de saúde integrantes da rede credenciada e dos médicos não cooperados. Adicionalmente, determinadas parcelas foram deduzidas da base de cálculo do ISS, bem como foi exigido o ISS que não teria sido retido em pagamentos efetuados para prestadores de serviços situados em outros Municípios que não estavam cadastrados no CPOM. A Cooperativa impugnou os lançamentos na esfera administrativa.

Em agosto de 2015 a Procuradoria Geral de Julgamento Tributário proferiu decisão rejeitando a impugnação. A Cooperativa interpôs recurso voluntário que foi parcialmente provido em 29/06/2016 pelo Conselho Municipal de Contribuintes para que sejam corrigidas as bases de cálculo nos autos de infração 281812, 281836, 281837 e 281841.

O Município interpôs recurso, o qual foi provido em 30/11/2017 pela Comissão de Recursos Tributários. Os autos de infração foram questionados na ação judicial nº 0000067-05.2018.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

O valor total dos autos de infrações soma R\$9.849. O valor atualizado está totalmente reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$22.474 (R\$21.088 em 2024). A Administração da Cooperativa, suportada pela avaliação dos seus advogados, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais desembolsos.

b) Provisões para as ações cíveis

A Cooperativa é ré em diversas ações judiciais de natureza cível, sendo as principais causas descritas a seguir:

Multas administrativas ANS - Decorrem de autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS contra a Cooperativa. A Cooperativa questiona as cobranças, nas situações em que não acontece o êxito na fase de impugnação do recurso no âmbito administrativo a Cooperativa propõe ações contra a ANS perante a justiça federal para discutir o auto de infração. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas prováveis no montante de R\$29.837 em 31 de dezembro de 2025 (R\$29.759 em 2024). A Cooperativa possui o montante de R\$273 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

Beneficiários do plano de saúde - Processos referentes reembolsos de despesas médicas, indenizações por dano moral, erro médico, negativa de cobertura contratual, reajustes do plano de saúde. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas no montante de R\$150.050 em 31 de dezembro de 2025 (R\$130.475 em 2024). A Cooperativa possui o montante de R\$39.743 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

Rede credenciada - Processos referentes questões contratuais. Para suportar os riscos, a Cooperativa constitui provisão para perdas no montante de R\$4.785 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.364 em 2024). A Cooperativa possui o montante de R\$1 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível.

Considerando todas as naturezas de processos cíveis, no exercício de 2025 a Cooperativa pagou o montante de R\$ 32.821 referente aos processos que foram encerrados.

c) Provisões para ações trabalhistas

A Cooperativa possui o montante de R\$15.108 para o qual não constituiu provisão, pois os advogados avaliaram que o risco de perda é possível (R\$15.653 em 2024).

d) Ressarcimento ao SUS

Adicionalmente, foi constituída provisão para ressarcimento ao SUS no valor de R\$215, referente recursos indeferidos em 2ª instância e aguardando emissão de GRU pela ANS (R\$221 em 2024).

A Cooperativa possui o montante de R\$ 12.928 (R\$7.923 em 2024) tramitando na 1ª e 2ª instâncias administrativas da ANS, para o qual não constituiu provisão, pois o risco de perda é possível.

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Visando a proteção do capital de giro que subsidia a manutenção dos investimentos necessários para o crescimento da Cooperativa e a gestão financeira da operação, foi deliberado pela alta direção, durante o exercício de 2024, pela contratação de empréstimo financeiro, sendo realizado a operação efetiva através de emissão de uma Nota Comercial com taxa Pré-fixada junto a entidade bancária Banco ABC Brasil S/A ao valor nominal escriturado de R\$1 (um mil reais) e a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) notas comerciais emitidas totalizando o valor nominal original de valor de R\$25.000 com taxa acordada de 14,58% a.a. com prazo de liquidação final sendo novembro de 2028, bem como a contratação de SWAP casado para taxa Pós Fixada em CDI+1,95% a.a., não sendo ofertadas e ou disponibilizadas garantias reais e ou fiduciária para o lastro da operação.

Amortização

Conforme cláusulas acordadas entre as partes, a amortização se dará início após decorrido o prazo de 12 meses de carência e amortização em 36 parcelas com amortizações mensais com início em dezembro de 2025 e subsequentemente até a finalização em novembro de 2028.

“Covenants”

A operação de emissão de Nota Comercial possui cláusulas de “covenants” assumidas perante a referida entidade bancária, onde a Cooperativa assumiu a obrigação de cumprir determinadas cláusulas restritivas classificadas entre “covenants” financeiros e escriturários (não financeiros) e observa-se que a Cooperativa possui controles e gerenciamento dos itens acordados visando o cumprimento íntegro dos “covenants”. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa encontra-se em conformidade com todos os “covenants” financeiros e escriturários (não financeiros) requeridos pelos empréstimos.

Quadro de composição e saldo da operação:

<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Indexador / Taxa</u>	<u>Valor Original</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 2025</u>	<u>Saldo em 2024</u>
<u>Em moeda nacional</u>					
Banco ABC – Brasil SA - Empréstimo	PRÉ / 14,58 % aa	(25.000)	Nov /2028	(24.583)	(25.560)
Banco ABC – Brasil SA - Swap	CDI + 1,95% aa			(50)	-
				<u>(24.633)</u>	<u>(25.560)</u>
Circulante				8.483	-
Não Circulante				16.150	25.560

Cronograma de pagamento:

<u>Modalidade / Credores</u>	<u>Valor</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>
<u>Em moeda nacional</u>				
Capital de Giro /Banco ABC – Empréstimo	(24.583)	(8.433)	(8.429)	(7.721)
Capital de Giro /Banco ABC – Swap	(50)	(50)	-	-
Total de empréstimos	<u>(24.583)(24.633)</u>	<u>(8.483)</u>	<u>(8.429)</u>	<u>(7.721)</u>

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

- i. O estatuto social prevê que cada cooperado deverá subscrever a quantia mínima de trinta mil quotas-partes no valor unitário de R\$1 (um real) e que a quantidade de quotas deverá ser integralizada conforme determinado no Regimento Interno da Cooperativa. Os cooperados com valor inferior a trinta mil reais estão integralizando as quotas-partes no limite mínimo de 24 parcelas.

No exercício de 2025, foi integralizado ao Capital Social, a título de complemento e por novos cooperados o montante de R\$5.274 (R\$7.710 em 2024).

Adicionalmente, o mesmo artigo do Estatuto Social prevê que será efetuada retenção de 2% até o limite de 3,5% sobre a produção mensal dos cooperados e que os valores retidos serão incorporados, ao final do exercício social, ao capital social. O montante retido (2%) e incorporado ao capital social dos cooperados no exercício de 2025 soma R\$21.814 (R\$20.508 em 2024).

- ii. Transferência do Capital Social para o passivo circulante, conforme Lei 5.764/1971, Art. 24, §4º, no montante de R\$5.614, referente a cotas a restituir aos cooperados descredenciados em 2025 (R\$3.827 em 2024).
- iii. Após as integralizações e transferências acima, o capital social integralizado soma R\$350.856 em 31 de dezembro de 2025 (R\$329.382 em 2024) e pertence a 5.625 cooperados (5.589 em 2024).

b) Apuração das sobras e constituição de reservas

- i. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é constituído com os resultados das operações de atos não cooperativos e com 5% das sobras conforme Estatuto Social. A Cooperativa destina o FATES à prestação de assistência aos associados, seus familiares e colaboradores.
- ii. O Fundo de Reserva Legal é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa é constituído com 10% das sobras, sem limite de valor, conforme Estatuto Social.

As sobras e reservas, tanto na controladora quanto no consolidado, foram apuradas conforme abaixo:

	Sobras	FATES	Margem de solvência	Reserva legal
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.508	13.560	290.130	87.624
Distribuição das sobras de 2023 (a)	(35.508)	-	-	-
Resultado do ato cooperativo	24.196	-	-	-
Resultado com terceiros, não cooperados	-	14.458	-	-
Utilização do saldo do FATES de 2023	13.560	(13.560)	-	-
Subtotal	37.756	14.458	290.130	87.624
Fundo de reserva legal (10%)	(3.776)	-	-	3.776
FATES (5%)	(1.888)	1.888	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>32.092</u>	<u>16.346</u>	<u>290.130</u>	<u>91.400</u>
Distribuição das sobras de 2024 (a)	(22.092)	-	-	-
Destinação para reserva legal – sobras 2024	(10.000)	-	-	10.000
Resultado do ato cooperativo	6.336	-	-	-
Resultado com terceiros, não cooperados	-	9.361	-	-
Utilização do saldo do FATES de 2024	16.346	(16.346)	-	-
Subtotal	22.682	9.361	290.130	101.400
Fundo de reserva legal (10%)	(2.268)	-	-	2.268
FATES (5%)	(1.134)	1.134	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>19.280</u>	<u>10.495</u>	<u>290.130</u>	<u>103.668</u>

- (a) Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2025, as sobras do exercício de 2024 foram distribuídas aos cooperados.

27. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas líquidas com planos de saúde:				
Familiar	1.654.155	1.523.053	1.654.155	1.523.053
Empresarial	1.843.348	1.606.809	1.840.045	1.604.123
Adesão	506.996	446.061	506.996	446.061
(-) Corresponsabilidade Transferida (a)	(26.942)	(26.617)	(26.942)	(26.617)
(-) Descontos/devoluções	(9.771)	(10.531)	(9.771)	(10.531)
	<u>3.967.786</u>	<u>3.538.775</u>	<u>3.964.483</u>	<u>3.536.089</u>
Corresponsabilidade Assumida (b)	<u>74.389</u>	<u>83.578</u>	<u>74.389</u>	<u>83.578</u>
Total	<u>4.042.175</u>	<u>3.622.353</u>	<u>4.038.872</u>	<u>3.619.667</u>

- a) Refere-se ao custo assistencial dos beneficiários da Cooperativa, pela corresponsabilidade transferida de atendimentos de forma continuada ou habitual em outras Operadoras Unimed.
- b) Refere-se a receitas de contraprestação pela corresponsabilidade assumida de atendimento dos beneficiários de outras Operadoras Unimed em preço pós-estabelecido, por conta dos atendimentos realizados de forma habitual.

28. TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
ISS sobre faturamento	(61.167)	(51.691)
COFINS sobre o faturamento	(1.572)	(1.410)
PIS sobre o faturamento	(4.333)	(4.213)
Total	<u>(67.072)</u>	<u>(57.314)</u>

29. EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo com plano de saúde:				
Familiar	1.629.966	1.480.424	1.637.003	1.485.304
Empresarial	1.344.251	1.149.055	1.318.252	1.125.863
Adesão	361.888	321.104	361.934	321.203
	<u>3.336.105</u>	<u>2.950.583</u>	<u>3.317.189</u>	<u>2.932.370</u>
Corresponsabilidade Assumida	27.267	16.670	14.727	2.939
Total	<u>3.363.372</u>	<u>2.967.253</u>	<u>3.331.916</u>	<u>2.935.309</u>

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Reversão provisão p/ perdas sobre crédito não relac. com plano saúde	17.099	15.386
Outras receitas	2.474	2.457
Total	<u>19.573</u>	<u>17.843</u>

31. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saúde ocupacional	10.254	4.556
Intercâmbio eventual (a)	16.237	6.110
Total	<u>26.491</u>	<u>10.666</u>

(a) Refere-se a receita com atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimed em regime eventual.

32. RECEITAS COM ADMINISTRAÇÃO DE INTERCÂMBIO EVENTUAL

As receitas com administração no valor de R\$38.527 em 31 de dezembro de 2025 (R\$21.167 em 2024) referem-se a taxa de administração cobradas de outras UNIMEDs em função dos atendimentos prestados aos seus beneficiários.

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remoção médica	19.940	18.534	19.940	18.534
Taxas administrativas rede credenciada	2.675	4.098	2.675	4.098
Parceria banco Santander	1.119	1.119	1.396	1.397
Receita com exame de não beneficiários	-	-	19.965	16.506
Saúde ocupacional	-	-	6.221	5.072
Receita com corretagem	-	-	3.033	2.671
Outras receitas	5.241	5.628	4.992	5.710
Total	<u>28.975</u>	<u>29.379</u>	<u>58.222</u>	<u>53.988</u>

34. OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Plano de extensão assistencial - PEA (a)	27.947	29.508
Taxa de cobrança plano de saúde	24.629	26.614
Eventos não cobertos – Provisão (Reversão de provisão)	(6.472)	289
Seguro plano de saúde	9.804	9.268
Remoção médica SOS	7.442	6.684
Medicina preventiva	7.715	6.769
Taxa rede credenciada	6.205	5.677
Emergência odontológica	2.427	2.391
Inspeção de risco – CPT	1.846	1.800
Confecção de carteirinhas/livro de credenciamento	231	198
Outras despesas	472	560
Total	<u>82.246</u>	<u>89.758</u>

- (a) Despesas relacionados à iniciativa que permite que dependentes possam receber assistência médica por até cinco anos, sem ônus, no caso de morte dos titulares de planos da Cooperativa.

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios a cooperados (a)	13.010	12.047	13.010	12.047
Remoção médica - SOS	12.114	11.767	12.114	11.767
Custo de ociosidade (c)	43.599	36.360	43.599	36.360
Provisão p/ perdas sobre crédito não relac. com plano saúde	16.478	15.105	16.478	15.105
Intercâmbio eventual (b)	29.740	14.680	22.600	11.021
Saúde ocupacional	4.996	4.012	8.855	7.420
Custo com exame de não beneficiários do plano de saúde	-	-	13.394	10.756
Custo com corretagem	-	-	3.145	2.750
Outras despesas	7.042	124	7.042	124
Total	<u>126.979</u>	<u>94.095</u>	<u>140.237</u>	<u>107.350</u>

- a) Refere-se substancialmente ao plano de saúde dos cooperados - PAC.
- b) Refere-se a despesa com atendimentos prestados para beneficiários de outras Unimed em regime eventual.
- c) Refere-se a custos inerentes à manutenção da estrutura necessária para garantir a operação contínua da rede de atendimento própria da Cooperativa aos clientes, beneficiários do plano de saúde, mesmo em períodos em que a utilização fica abaixo da capacidade instalada.

36. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal próprio	137.170	126.559	147.098	136.434
Despesas com serviços de terceiros	99.788	83.097	102.310	86.302
Despesas com localização e funcionamento	16.527	15.023	20.762	17.051
Despesas com publicidade e propaganda institucional	11.800	10.582	14.188	11.883
Despesa (reversão) com multas administrativas (a)	12.061	806	12.061	806
Despesas com depreciação/amortização	6.690	6.753	8.248	8.798
Provisão para redução ao valor recuperável (b)	-	(280)	-	(280)
Despesas com tributos	1.118	1.486	1.118	1.662
Despesas (reversão) com ações judiciais cíveis	12.887	11.784	12.887	11.784
Despesa com contribuição cooperativista	4.939	4.760	4.939	4.760
Despesas administrativas diversas (c)	17.193	11.943	17.273	11.943
Total	<u>320.173</u>	<u>272.513</u>	<u>340.884</u>	<u>291.143</u>

(a) Refere-se a multas aplicadas pela ANS.

(b) Vide nota explicativa nº 14 (a) - Imobilizado.

(c) Refere-se substancialmente a gastos relativos a contribuições, donativos e confraternização.

37. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	98.297	78.560	103.456	82.877
Receitas por recebimentos em atraso	13.926	13.299	13.926	13.299
Atualização créditos tributários	1.924	1.022	1.924	1.022
Juros sobre capital próprio	8.311	3.006	8.311	3.006
Atualização depósitos judiciais	11.619	14.090	11.619	14.090
Outros ingressos/receitas	2.912	2.602	3.226	2.853
Subtotal	<u>136.989</u>	<u>112.579</u>	<u>142.462</u>	<u>117.147</u>
Despesas financeiras:				
Encargos sobre tributos	(2.862)	(6.957)	(3.109)	(7.170)
Juros sobre capital próprio	(42.491)	(39.716)	(42.491)	(39.716)
Descontos concedidos sobre faturas	(8.370)	(9.821)	(8.370)	(9.821)
Atualização de processos judiciais	(12.714)	(6.546)	(12.714)	(6.546)
Atualização de empréstimo bancário	(3.673)	(560)	(3.674)	(560)
Outros	(1.120)	(323)	(2.809)	(1.446)
Subtotal	<u>(71.230)</u>	<u>(63.923)</u>	<u>(73.167)</u>	<u>(65.259)</u>
Resultado financeiro	<u>65.759</u>	<u>48.656</u>	<u>69.295</u>	<u>51.888</u>

38. RESULTADO PATRIMONIAL

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas patrimoniais:				
Sobras participação em outras cooperativas	198	5.025	198	5.025
Lucros de participações societárias (c)	9.262	29.963	9.262	29.963
Equivalência patrimonial (a)	9.768	9.977	856	387
Outros ingressos/receitas	2.141	1.326	1.812	761
Subtotal	21.369	46.291	12.128	36.136
Despesas patrimoniais:				
Equivalência patrimonial (a)	(307)	(444)	(307)	(373)
Provisão para redução ao valor recuperável (b)	(4.444)	(50.571)	(4.444)	(50.571)
Perda com investimento na Central Nacional Unimed	(3.387)	-	(3.387)	-
Outros	(389)	(483)	(389)	(483)
Subtotal	(8.527)	(51.498)	(8.527)	(51.427)
Resultado Patrimonial	12.842	(5.207)	3.601	(15.291)

(a) Vide nota explicativa nº 13.

(b) Vide notas explicativas nº 14 (a) – Imobilizado e nº 15 – Intangível, sendo o montante de R\$4.444 da Maternidade Nossa Senhora de Fátima.

(c) Vide nota explicativa nº 13 (c).

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	
	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos e participações	45.810	63.049
Participações sobre o lucro	(6.537)	(4.585)
Perdas decorrentes de atos cooperativos principais	33.216	21.650
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	72.489	80.114
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social nominal	34%	34%
Débito de IRPJ e CSLL à taxa nominal	(24.646)	(27.239)
Outras adições	1.070	7.429
Total	(23.576)	(19.810)
Alíquota efetiva	(52,75%)	(31,42%)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(27.470)	(29.118)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	3.894	9.308

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos e participações	50.909	67.343
Participações sobre o lucro	(7.466)	(4.585)
Sobras decorrentes de atos cooperativos principais	33.216	21.650
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	76.659	84.408
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social nominal	34%	34%
Débito de IRPJ e CSLL à taxa nominal	(26.064)	(28.699)
Outras adições	1.380	4.906
Total	(27.746)	(24.104)
Alíquota efetiva	(55,72%)	(35,79%)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(30.250)	(32.162)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	2.503	8.058

40. COMERCIALIZAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Refere-se a comissões a pagar sobre comercialização de plano de saúde em contratos de pessoa física e empresarial.

41. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Cooperativa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros e riscos de mercado, aos quais a Cooperativa entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Cooperativa, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração acompanha os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os riscos da Cooperativa estão descritos a seguir:

Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado.

Ativos e passivos financeiros vinculados a Taxa Básica de Juros (Selic)

Sendo a Taxa Básica de Juros (Selic), um dos principais instrumentos utilizados pelo Banco Central para o controle da inflação, e conforme as reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária) que periodicamente se reúnem para avaliação de ciclos econômicos e índices inflacionários, e posterior definição da referida taxa básica, apresentamos abaixo os cenários de sensibilidade aceitos pela Administração com impactos futuros relativo aos ativos e passivos financeiros lastreados a taxa básica de juros. Para o cenário atual, a Cooperativa considerou a SELIC na data base de 31 de dezembro de 2025 que foi de 15,00% ao ano.

Ativos financeiros	Remuneração Média Anual % do CDI	Valor-base	Cenário atual	% Cenário Atual	Cenário previsto	% Cenário Previsto	Variação prevista
CDB - Pós Fixado	100,05%	316.606	47.523	15,01 %	43.692	13,80 %	(3.831)
Compromissada - Pós	96,54%	91.286	13.218	14,48 %	12.150	13,31 %	(1.608)
Fundo de Investimento	102,67%	34.110	5.253	15,40 %	4.830	14,16 %	(423)
Fundo de Investimento (ANS)	104,35%	184.271	28.838	15,65 %	26.517	14,39 %	(2.321)
LFT (Título Público) - Pós	100%	62.301	9.345	15,00 %	8.591	13,79 %	(754)
RDC - Pós	105,39%	61.356	9.700	15,81 %	8.915	14,53 %	(785)
		<u>749.930</u>	<u>113.877</u>		<u>104.695</u>		<u>(9.722)</u>
Passivos financeiros	Taxa Média Anual	Valor-base	Cenário atual	% Cenário Atual	Cenário previsto	% Cenário Previsto	Variação prevista
Empréstimos e financiamentos a pagar	CDI+1,95%	(24.583)	(4.167)	16,95 %	(3.869)	15,74 %	298
		<u>(24.583)</u>	<u>(4.167)</u>		<u>(3.869)</u>		<u>298</u>
Exposição líquida		<u>725.347</u>	<u>109.710</u>		<u>100.826</u>		<u>(8.884)</u>

Para a apresentação do quadro de sensibilidade acima, foi levado em consideração os índices projetados do boletim Focus a época com um aumento gradativo da Taxa Básica de Juros, a qual foi projetada pela Administração, obtendo um cenário favorável de receitas/despesas financeiras para a Cooperativa, desde que mantidos os índices de rentabilidade atuais. Com relação aos ativos financeiros remunerados à taxa pré-fixada, não há exposições de riscos, uma vez que a remuneração já está a uma taxa pré-fixada.

Por fim, com relação aos empréstimos e financiamentos, conforme divulgado em nota explicativa nº 25, a taxa acordada com o Banco ABC Brasil S/A foi de 14,58% a.a., entretanto, foi firmado contrato de SWAP para alteração desta taxa para CDI+1,95% a.a., sendo assim, na apresentação do quadro acima, considera-se que a exposição da Cooperativa sobre este empréstimo está diretamente atrelada a SELIC.

Risco de taxas de juros:

É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Cooperativa ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Cooperativa avalia sua exposição a estes riscos comparando ativos e passivos financeiros no momento de sua efetiva contratação buscando a melhor oportunidade em taxas de juros fixas (Pré-fixadas) e flutuantes (Pós-fixadas) e monitorando os movimentos de taxas de juros conforme as flutuações do mercado financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Cooperativa, que identifica, avalia e busca proteger a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, através de diretrizes estabelecidas pela Política de Investimento aprovada junto a alta direção.

A alta direção tem a responsabilidade global pela Administração e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Cooperativa.

As práticas de gerenciamento de risco da Cooperativa dos ativos financeiros são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites de concentração. A alta direção estabeleceu um comitê técnico especializado, de forma a tratar de temas críticos em relação aos ativos financeiros visando auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos.

Risco de acréscimo no custo assistencial

É o risco de que os custos atuais possam variar em função de novas tecnologias, introdução de novas drogas, epidemias, cobertura de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem previsão contratual de repasse aos contratantes do plano de saúde, inovações legislativas provenientes da referida agência que, ainda que acessoriamente, possam impactar no custo em questão, bem como decisões judiciais que atinjam a coletividade de beneficiários.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Cooperativa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, principalmente com relação a contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor máximo exposto pela Cooperativa ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrada nas notas explicativas nº 6 e nº 7. Quanto ao risco de aplicações de recursos, o valor exposto pela Cooperativa corresponde substancialmente às aplicações financeiras, com valores descritos na nota explicativa nº 5.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Cooperativa é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são pulverizados e não possuem concentração de crédito significativa.

O monitoramento de contas a receber vencidas é realizado diariamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para aplicações financeiras em instituições financeiras com boas avaliações de “rating” pelas agências de avaliação de risco.

Análise de riscos com instrumentos derivativos

Decorre da possibilidade de a Cooperativa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa buscou diversificar a captação de recursos, e em determinada circunstância, foi efetuado uma operação de proteção para reduzir o custo financeiro das operações junto ao Banco ABC Brasil S/A. Em 31 de dezembro de 2025 há operações de Contratos do Termo de SWAP que foi contratado exclusivamente para mitigar riscos ao fluxo de caixa das variações de curva de taxa de juros.

O passivo financeiro é mensurado e reconhecido pelo custo amortizado. O instrumento financeiro derivativo de SWAP é mensurado e reconhecido pelo valor justo por meio do resultado, o qual considera a variação positiva ou negativa deste instrumento durante o exercício para seu reconhecimento na respectiva rubrica do ativo ou passivo do balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025 a Cooperativa apresentou um saldo de R\$50 registrado no passivo na rubrica de “Empréstimos e financiamentos a pagar” referente a este instrumento financeiro derivativo. As análises com relação ao risco da taxa juros foram realizadas conforme tópicos anteriores nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

A tesouraria da Cooperativa acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações e sem necessidade de contratação de financiamentos junto a instituições financeiras. Pelo fato de existir passivo financeiro com instituições financeiras, no item Risco de Taxa de Juros apresentamos a posição consolidada e saldos da respectiva movimentação. Apenas internamente é desenvolvido o controle com base em indicadores de endividamento e controle de inadimplência.

Adicionalmente a estes controles, a Cooperativa mantém um Comitê de Investimentos cujos participantes (Diretor Financeiro, Superintendente Financeiro e Gerente Financeiro) se reúnem mensalmente para discutir alocações de aplicações financeiras, taxas, prazos bem como distribuição para melhor rentabilidade dos ativos financeiros.

b) Gerenciamento de instrumentos financeiros (controladora)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os instrumentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir. Os ativos e passivos estão agrupados em níveis de 1 a 3, conforme explicado em nota explicativa nº 3.b, com base no grau em que o seu valor justo é cotado. Os ativos financeiros classificados como “custo amortizado” estão registrados pelo valor original, o qual aproxima-se de seu valor justo:

Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024		Classificação	Nível hierarquia
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Disponível	212	212	161	161	Valor justo por meio de resultado	2
Aplicações financeiras livres	290.634	290.634	333.309	333.309		
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	459.296	459.287	416.288	416.276	Custo amortizado	1 e 2 (*)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	253.396	253.396	262.620	262.620	Custo amortizado	2
Créditos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	79.095	79.095	44.840	44.840	Custo amortizado	2
Outros créditos a receber (**)	15.314	15.314	31.779	31.779	Custo amortizado	2
Total dos ativos financeiros	<u>1.097.947</u>	<u>1.097.947</u>	<u>1.088.997</u>	<u>1.088.985</u>		
Provisão de eventos a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais	315.679	315.679	307.348	307.348	Custo amortizado	2
Débito de operações com planos de assistência à saúde	64.019	64.019	60.630	60.630	Custo amortizado	2

Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024		Classificação	Nível hierarquia
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Empréstimo financeiro	24.633	24.633	25.560	25.560	Custo amortizado	2
Débitos de op. assist. à saúde não rel. com planos de saúde da Op.	123.088	123.088	83.643	83.643	Custo amortizado	2
Débitos diversos	76.750	76.750	61.497	61.497	Custo amortizado	2
Conta corrente de cooperados	6.418	6.418	4.336	4.336	Custo amortizado	2
Total dos passivos financeiros	<u>610.587</u>	<u>610.587</u>	<u>543.014</u>	<u>543.014</u>		

(*) Em 31 de dezembro de 2025 há um saldo de aplicações financeiras garantidoras de R\$62.301 (R\$51.127 em 2024) relacionada a letras financeiras do Tesouro Nacional LFT, as quais são classificadas em nível 1. As demais aplicações classificadas como custo amortizado não apresentam diferença entre o valor contábil e valor justo uma vez que são instrumentos de curto prazo que já apresentam com pouca variação.

(**) Estão relacionados a nota explicativa nº 10 com exceção dos estoques de materiais e medicamentos.

c) Gerenciamento do Capital Regulatório

O Capital Baseado em Risco, estabelecido pela RN 518 da ANS, é uma exigência prudencial voltada à capitalização das operadoras de planos de saúde. A norma determina a adoção de práticas mínimas de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com foco na solvência das operadoras.

O Capital Baseado em Riscos, que deve ser apurado mensalmente, define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Risco de Subscrição: ocorrência de condições econômicas adversas que impactam as estimativas de provisões técnicas e a precificação dos produtos, contrariando as expectativas definidas na política de subscrição da operadora.

Risco de Crédito: probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de rebaixamento da sua classificação de risco, afetando a liquidez e a solvência da operadora.

Risco de Mercado: exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

Risco Legal: descumprimento de leis, normas, contratos ou padrões éticos, aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

Risco Operacional: compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas, sistemas eventos externos que impactem as operações da operadora.

Cada um dos riscos possui sua própria metodologia de cálculo, definida pela própria ANS, e aplicada aos números da Operadora.

O quadro a seguir demonstra o enquadramento ao capital baseado em risco exigido nos exercícios de 2025 e 2024:

	2025	2024
(+) Capital baseado em risco atingido pela Cooperativa	462.561	500.339
(-) Capital baseado em risco exigido pela ANS	378.778	364.251
(=) Superávit	<u>83.783</u>	<u>136.088</u>

42. PARTES RELACIONADAS

Médicos Cooperados

As transações da controladora com médicos cooperados estão demonstradas abaixo:

	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Despesa	Ativo	Passivo	Despesa
Saldos	<u>409</u>	<u>54.381</u>	<u>1.095.862</u>	<u>625</u>	<u>51.139</u>	<u>1.024.925</u>
Consultas e honorários médicos	-	54.381	1.095.862	-	51.139	1.024.925
Adiantamentos	409	-	-	625	-	-

Hospitais, clínicas, laboratórios e demais fornecedores onde cooperados são acionistas

Vários estabelecimentos que prestam serviço à Cooperativa possuem cooperados na composição do seu quadro social.

Empresas Clientes onde os cooperados são acionistas

Clientes pessoas jurídicas da Cooperativa possuem cooperados na composição do seu quadro social.

Unimed Federação do Estado do Paraná (taxa administração da Câmara, e PAC)

A Cooperativa efetua transação com a Unimed Federação PR, no que tange ao Plano de Saúde dos próprios cooperados (PAC), bem como a taxa de administração da câmara de compensação do intercâmbio estadual.

	2025	2024
Despesas incorridas	<u>127.411</u>	<u>110.769</u>
PAC	115.257	100.483
Taxa de intercâmbio	12.154	10.287

Unimed Seguros

A Cooperativa é uma das acionistas da Unimed Seguros, sendo representada pelo ex-diretor tesoureiro geral.

Empresas Controladas:

Conforme nota explicativa nº 13, que trata dos investimentos, a Cooperativa possui os seguintes saldos com as empresas controladas:

	2025	2024
<u>Ativo</u>		
Contas a receber:		
Unimed Curitiba Participações S.A.	2.566	453
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda.	66	61
	<u>2.640</u>	<u>514</u>
<u>Passivo</u>		
Contas a pagar:		
Unimed Curitiba Participações S.A.	6.581	5.406
	<u>6.581</u>	<u>5.406</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Demonstração do resultado	2025	2024
Receita bruta:		
Unimed Curitiba Participações S.A. (a)	3.845	3.037
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda. (a)	112	102
Unimed Curitiba Corretora de Seguros Ltda. (a)	114	112
Total	<u>4.071</u>	<u>3.251</u>
Compras:		
Unimed Curitiba Participações S.A. (b)	(110.127)	(95.403)
Unimed Curitiba Saúde Ocupacional Ltda. (c)	(887)	(774)
Total	<u>111.014</u>	<u>(96.177)</u>

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Cooperativa utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Essas operações poderiam apresentar resultados diferentes, caso fossem realizadas com terceiros.

- (a) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a Cooperativa compromete-se em prestar serviços de plano de saúde aos colaboradores da controlada.
- (b) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a controlada compromete-se em prestar serviços de exame laboratorial, vacinas e infusão de medicamentos.
- (c) Refere-se substancialmente ao contrato de Prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a controlada compromete-se a prestar os serviços inerentes a sua atividade, sendo elas: saúde, treinamento, assessoria e consultoria em segurança, engenharia e medicina no trabalho.
- (d) Refere-se substancialmente ao contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a coligada compromete-se em prestar serviços de licença e desenvolvimento direito de uso de programas e suporte técnico em informática.

Remuneração dos Dirigentes

As despesas com diretores, superintendentes, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comissão de Avaliação de Ato Cooperativista, Comissão Técnica, Comissão Eleitoral, estão demonstrados no quadro abaixo:

	2025	2024
Remuneração	10.712	10.432
Encargos	2.164	2.105
Benefícios	347	316
	<u>13.223</u>	<u>12.853</u>

43. RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido	15.697	38.654	15.697	38.654
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	17.539	14.784	25.392	21.914
Redução ao valor recuperável ("Impairment") e baixa de "goodwill"	4.444	50.291	4.444	50.291
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	1.728	161	1.787	162
Despesas de comercialização diferidas	26	(136)	26	(136)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.724)	(1.447)	(2.952)	(2.239)
Impostos diferidos	(3.894)	(9.308)	(2.504)	(8.058)
Equivalência patrimonial de investidas	(9.461)	(9.533)	303	(15)
Aumento de investimento por incorporação de lucros/sobras	(8.369)	(34.988)	(8.369)	(34.988)
Receita financeira de aplicações	(98.297)	(78.560)	(103.456)	(82.877)
Juros sobre empréstimo	4.189	560	4.189	560
Provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosos	8.123	9.266	8.128	9.266
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	10.982	17.075	10.982	17.075
Provisão para PEONA	12.159	6.945	12.159	6.945
Contraprestação não ganha - PPCNG	5.432	5.436	5.432	5.436
Provisões para ações judiciais	44.973	27.949	44.852	28.122
Remuneração de capital à cooperados	690	822	690	822
(Aumento) diminuição das contas do ativo:				
Contraprestação pecuniária a receber	(23.563)	13.935	(23.563)	13.935
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	(8.412)	(2.998)	(8.412)	(2.998)
Operadoras de planos de assistência à saúde	33.712	(17.529)	33.712	(17.529)
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.502)	(362)	(1.502)	(362)
Créditos tributários e previdenciários	(5.175)	(9.725)	(6.340)	(8.947)
Aplicações financeiras	97.910	76.194	119.668	72.166
Créditos não relacionados com planos de saúde da Operadora	(32.604)	(8.224)	(33.146)	(9.207)
Depósitos judiciais e fiscais	(8.332)	(7.269)	(8.332)	(7.269)
Outros ativos	(8.158)	(42.868)	(9.171)	(42.952)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:				
Eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	30.145	18.245	29.638	17.800
Contraprestações a restituir	29	51	29	51
Receita antecipada de contraprestações	874	1.306	874	1.306
Comercialização sobre operações de assistência à Saúde	2.718	2.186	2.718	2.186
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	(232)	4.001	(232)	4.001
Tributos e encargos sociais a recolher	33.276	41.811	36.757	42.350
Débitos não relacionados com planos de saúde da Operadora	39.445	19.888	41.140	19.626
Débitos diversos	21.093	11.643	22.914	14.771
Distribuição das sobras do exercício anterior	(22.092)	(35.508)	(22.092)	(35.508)
Pagamento de ações judiciais	(33.435)	(26.192)	(33.435)	(26.282)
Caixa gerado nas operações	119.934	76.556	158.025	88.072
Pagamento de IRPJ e CSLL	(22.375)	(22.711)	(25.515)	(23.765)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>97.199</u>	<u>53.845</u>	<u>132.510</u>	<u>64.307</u>

44. DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS DE ATO COOPERADO E NÃO COOPERADO (CONTROLADORA)

Atendendo ao disposto na ITG 2004 - Entidades Cooperativas, demonstramos a seguir o resultado dos atos cooperativos e atos não cooperativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	2025		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde:			
Contraprestações líquidas	3.875.590	166.585	4.042.175
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(62.758)	(4.314)	(67.072)
Eventos indenizáveis líquidos:			
Eventos conhecidos ou avisados	(3.240.837)	(122.535)	(3.363.372)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(8.082)	(4.077)	(12.159)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	563.913	35.659	599.572
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	18.753	820	19.573
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora:			
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	21.138	5.353	26.491
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	36.291	2.236	38.527
Outras receitas operacionais	5.159	23.816	28.975
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(590)	(1.119)	(1.709)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde:			
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(62.950)	(19.296)	(82.246)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(6.089)	(266)	(6.355)
Provisão para perdas sobre créditos	(22.692)	(992)	(23.684)
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados	(108.317)	(18.662)	(126.979)
Resultado bruto	444.616	27.549	472.165
Despesas de comercialização	(177.046)	(7.737)	(184.783)
Despesas administrativas	(305.273)	(14.900)	(320.173)
Resultado financeiro líquido:			
Receitas financeiras	131.253	5.736	136.989
Despesas financeiras	(70.027)	(1.203)	(71.230)
	<u>61.226</u>	<u>4.533</u>	<u>65.759</u>
Resultado patrimonial líquido:			
Receitas patrimoniais	18.432	2.937	21.369
Despesas patrimoniais	(8.312)	(215)	(8.527)
	<u>10.120</u>	<u>2.722</u>	<u>12.482</u>
Resultado antes dos impostos	<u>33.643</u>	<u>12.167</u>	<u>45.810</u>
Imposto de renda (*)	(18.035)	(1.750)	(19.785)
Contribuição social (*)	(6.595)	(1.090)	(7.685)
Impostos diferidos	3.585	309	3.894
Participações sobre o lucro	(6.263)	(274)	(6.537)
Resultado líquido	<u>6.336</u>	<u>9.361</u>	<u>15.697</u>

	2024		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde:			
Contraprestações líquidas	3.472.047	150.306	3.622.353
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(53.660)	(3.654)	(57.314)
	<u>3.418.387</u>	<u>146.652</u>	<u>3.565.039</u>
Eventos indenizáveis líquidos:			
Eventos conhecidos ou avisados	(2.859.564)	(107.689)	(2.967.253)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(8.866)	1.921	(6.945)
	<u>(2.868.430)</u>	<u>(105.768)</u>	<u>(2.974.198)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	<u>549.957</u>	<u>40.884</u>	<u>590.841</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	17.127	716	17.843
Receitas de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora:			
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	10.666	-	10.666
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assist. médico hospitalar	19.870	1.297	21.167
Outras receitas operacionais	6.487	22.892	29.379
	<u>37.023</u>	<u>24.189</u>	<u>61.212</u>
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(327)	(826)	(1.153)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde:			
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(71.457)	(18.301)	(89.758)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(3.537)	(148)	(3.685)
Provisão para perdas sobre créditos	(23.301)	(975)	(24.276)
	<u>(98.295)</u>	<u>(19.424)</u>	<u>(117.719)</u>
Outras despesas operacionais de assist. à saúde não relacionados	<u>(82.605)</u>	<u>(11.490)</u>	<u>(94.095)</u>
Resultado bruto	422.880	34.049	456.929
Despesas de comercialização	(158.200)	(6.616)	(164.816)
Despesas administrativas	<u>(259.086)</u>	<u>(13.427)</u>	<u>(272.513)</u>
Resultado financeiro líquido:			
Receitas financeiras	108.060	4.519	112.579
Despesas financeiras	(62.951)	(972)	(63.923)
	<u>45.109</u>	<u>3.547</u>	<u>48.656</u>
Resultado patrimonial líquido:			
Receitas patrimoniais	43.362	2.929	46.291
Despesas patrimoniais	(49.431)	(2.067)	(51.498)
	<u>(6.069)</u>	<u>862</u>	<u>(5.207)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>44.634</u>	<u>18.415</u>	<u>63.049</u>
Imposto de renda (*)	(18.231)	(2.765)	(20.996)
Contribuição social (*)	(6.416)	(1.706)	(8.122)
Impostos diferidos	8.610	698	9.308
Participações sobre o lucro	(4.401)	(184)	(4.585)
Resultado líquido	<u>24.196</u>	<u>14.458</u>	<u>38.654</u>

(*) O imposto de renda e a contribuição social sobre atos cooperativos decorrem substancialmente dos rendimentos das aplicações financeiras e do ato cooperativo auxiliar.

45. TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVO - TAP

Para a modalidade de contratação individual/familiar foram identificadas insuficiências nas estimativas correntes dos fluxos de caixa a partir do 1º ano (2026), conforme quadro abaixo:

Resultado das estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2025.

Prazo	Receitas de mensalidades	Despesas Totais	Resultado
1º ano (2026)	1.545.827	(1.801.482)	(255.655)
2º ano (2027)	1.286.900	(1.527.701)	(240.801)
3º ano (2028)	1.084.791	(1.308.291)	(223.500)
4º ano (2029)	912.539	(1.122.799)	(210.260)
5º ano (2030)	769.959	(964.365)	(194.406)
6º ano (2031)	647.964	(828.862)	(180.898)
7º ano (2032)	546.562	(712.949)	(166.387)
8º ano (2033)	460.163	(613.683)	(153.520)
Total apurado da insuficiência			<u>(1.625.427)</u>

46. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As transações que não afetaram o caixa da Cooperativa estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de uso de arrendamento	5.679	964	14.871	1.802
Dividendos a receber	2.267	2.370	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível a prazo	3.705	8.631	5.416	8.744
Remuneração de capital à cooperados	690	822	690	822
Produção médica capitalizada	21.814	20.508	21.814	20.508
Total	<u>34.155</u>	<u>33.295</u>	<u>42.791</u>	<u>31.876</u>

47. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ampla cobertura de seguros contra incêndio, responsabilidade civil, lucros cessantes e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado próprio e de terceiros. A apólice foi contratada junto a Seguros Unimed em abril de 2025 com vigência até abril de 2026 com valor de risco declarado de R\$187.458 e com um limite máximo de garantia de R\$49.288.

ADMINISTRAÇÃO

RACHED HAJAR

TRAYA:55317820987

Assinado de forma digital por
RACHED HAJAR
TRAYA:55317820987
Dados: 2026.02.27 12:59:31 -03'00'

Dr. Rached Hajar Traya
Diretor Presidente

YUGO WILLIAM

SAKAMOTO:688
50808968

Assinado de forma digital
por YUGO WILLIAM
SAKAMOTO:68850808968
Dados: 2026.02.27 12:58:15
-03'00'

Dr. Yugo William Sakamoto
Diretor Financeiro

MARIA TEREZINHA KREMER

LAUFER:52022480910

Assinado de forma digital por MARIA
TEREZINHA KREMER
LAUFER:52022480910
Dados: 2026.02.27 11:30:56 -03'00'

Maria Terezinha Kremer Laufer
Contadora – CRC-PR-040019/O-2

LUIZ FERNANDO

VENDRAMINI:53
134010925

Assinado de forma digital por LUIZ
FERNANDO
VENDRAMINI:53134010925
Dados: 2026.02.27 18:17:07 -03'00'

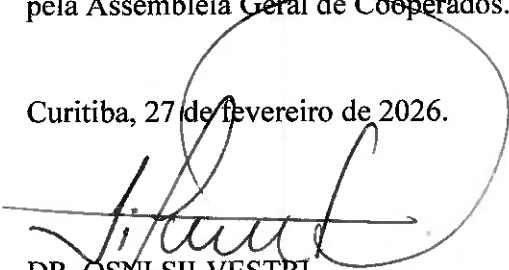
Luiz Fernando Vendramini
Atuário – MIBA 1.307

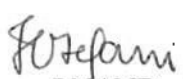
PARECER DO CONSELHO FISCAL – GESTÃO 2025

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal - Gestão 2025 da UNIMED CURITIBA – SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas que fazem parte do balanço referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

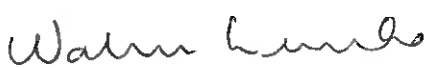
Com base nos documentos analisados ao longo do ano e, em concordância com a Assessoria Contábil independente contratada pelo Conselho Fiscal “Mitte Consultoria Ltda”, nos esclarecimentos apresentados e no relatório, emitido pela empresa Deloitte Auditores Independentes, o parecer deste Conselho Fiscal é que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais da Agência Nacional de Saúde Suplementar e que a posição patrimonial e econômico-financeira em 31 de dezembro de 2025, expressada nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, elaboradas sob responsabilidade da Diretoria Executiva da Unimed Curitiba, refletem as condições da Cooperativa naquela data, razão pela qual recomendam a aprovação do conjunto das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas, em todos os seus termos, para o conhecimento, apreciação, deliberação e aprovação pela Assembleia Geral de Cooperados.

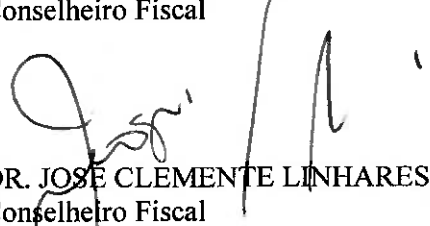
Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

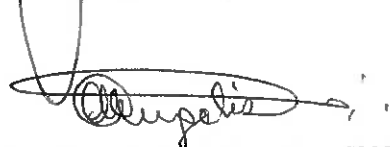

DR. OSNI SILVESTRI
Conselheiro Fiscal


DRA. FERNANDA DO CARMO DE STEFANI
Conselheira Fiscal


DR. MARCELLO ZAIA OLIVEIRA
Conselheiro Fiscal


DR. WALMOR LEMKE
Conselheiro Fiscal


DR. JOSÉ CLEMENTE LINHARES
Conselheiro Fiscal


DRA. MARIA CECÍLIA D. A. DE SIQUEIRA
Conselheira Fiscal